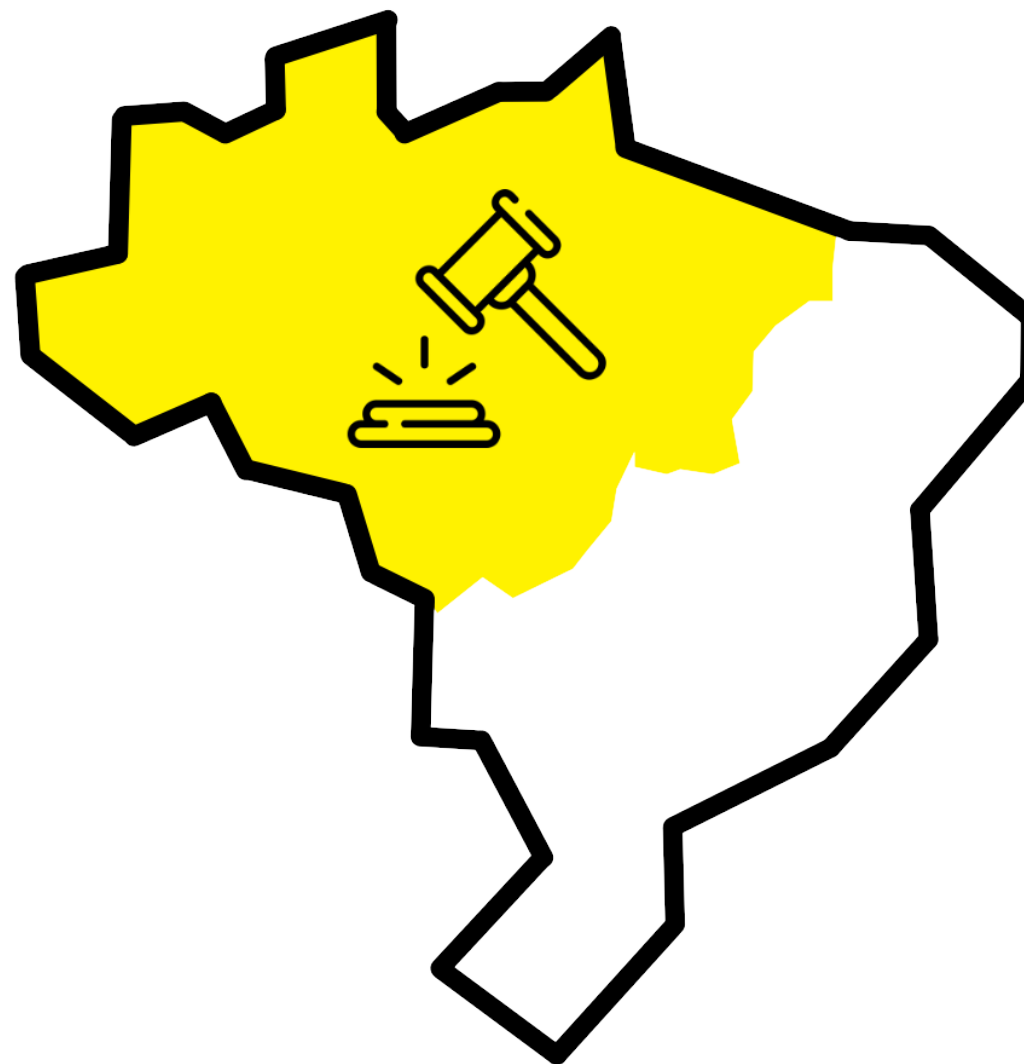


SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NA AMAZÔNIA LEGAL

COMO SE COMPORTARAM OS PRESIDENTES
DE 9 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA FRENTE AOS
PEDIDOS DOS GOVERNOS DOS ESTADOS



SUSPENSÃO DE SEGURANÇA



É um dispositivo que confere aos presidentes dos tribunais brasileiros a competência para suspender os efeitos de decisões tomadas contra o poder público por juízes de primeira instância.



Clique no ícone
para voltar a
este índice

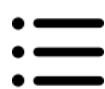
ÍNDICE RESPONSIVO



SUMÁRIO EXECUTIVO



SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
NA AMAZÔNIA LEGAL



NOTAS METODOLÓGICAS
GLOSSÁRIO



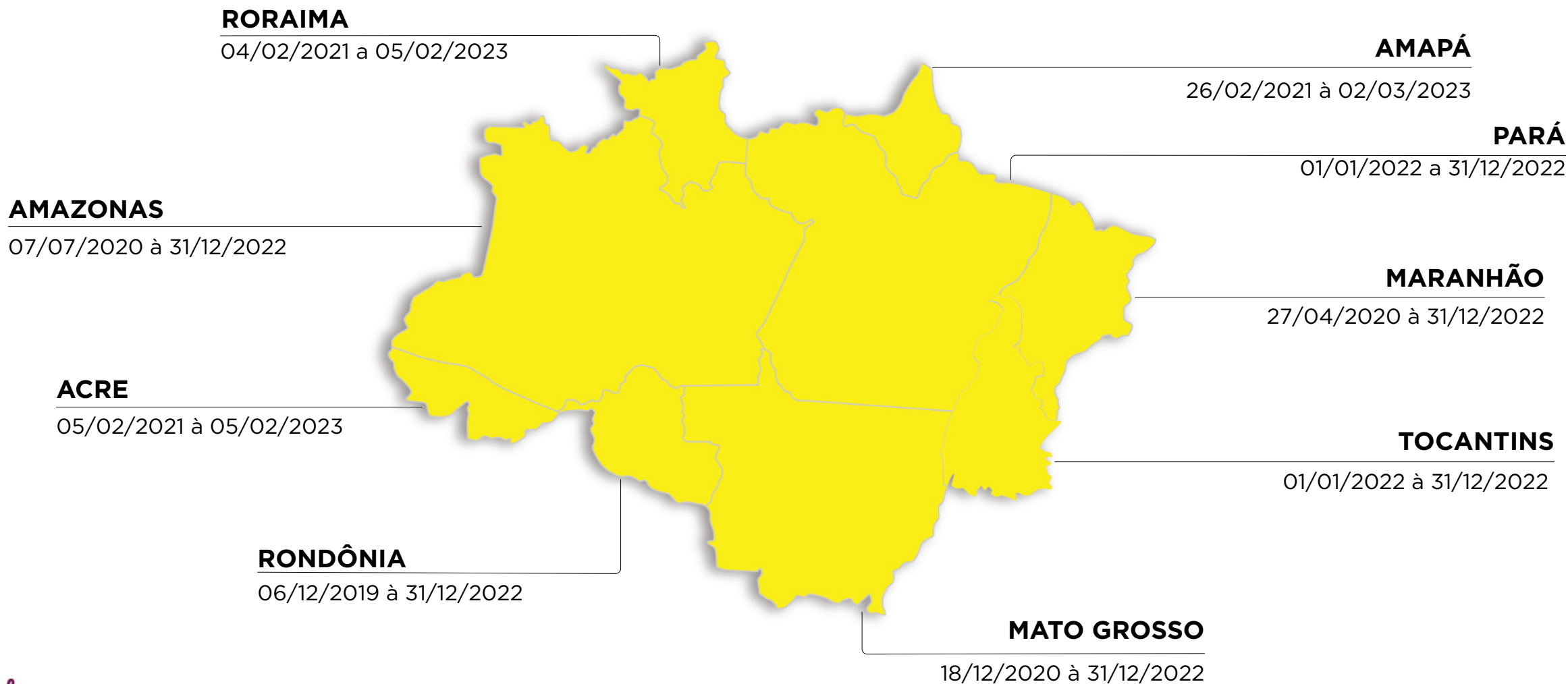
FONTES
FICHA TÉCNICA

ESTADOS PESQUISADOS



Clique no estado
desejado

PERÍODOS DE ANÁLISE



Analisamos o período da gestão mais recente, incluindo o ano de 2022

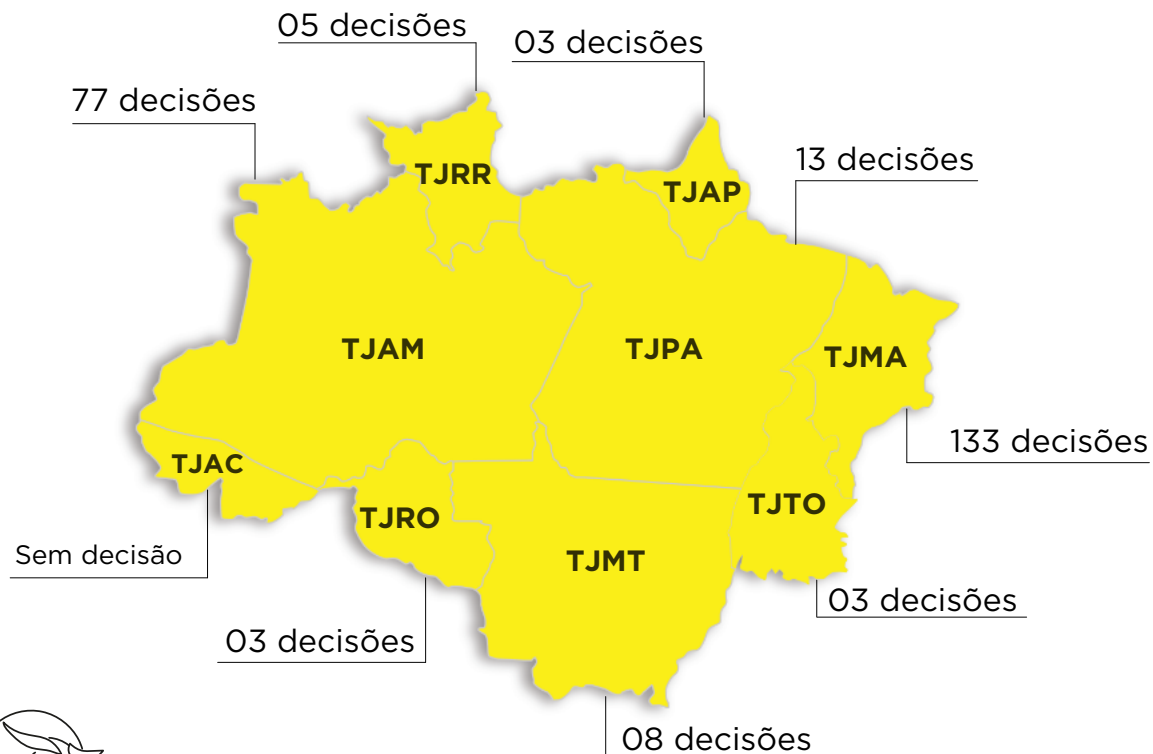
Consulte nossas *notas metodológicas* para saber mais sobre os períodos de análise





245

DECISÕES DE **SUSPENSÃO DE SEGURANÇA** DOS
ESTADOS **DA AMAZÔNIA LEGAL** FORAM ANALISADAS



O **TJAC** FOI O **PRIMEIRO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** PESQUISADO
PELO JUSTA EM QUE **NÃO HOUVE DECISÕES DE SUSPENSÃO**
DE SEGURANÇA NO PERÍODO DE UMA **GESTÃO COMPLETA**

O uso da **suspensão de segurança** na Amazônia Legal se relacionou com temas como **pandemia de COVID-19**, **segurança pública**, **gestão do sistema prisional** e a chamada **guerra fiscal**

Pandemia de COVID-19

O presidente do **TJAM** suspendeu o fornecimento de oxigênio medicinal durante a pandemia de COVID-19

O presidente do **TJMA** suspendeu decisão que interditava delegacias de polícia com problemas estruturais

Segurança Pública

Gestão do Sistema Prisional

O **TJRO** manteve contrato com empresa investigada por fornecer alimentos de má qualidade ao sistema prisional de Porto Velho

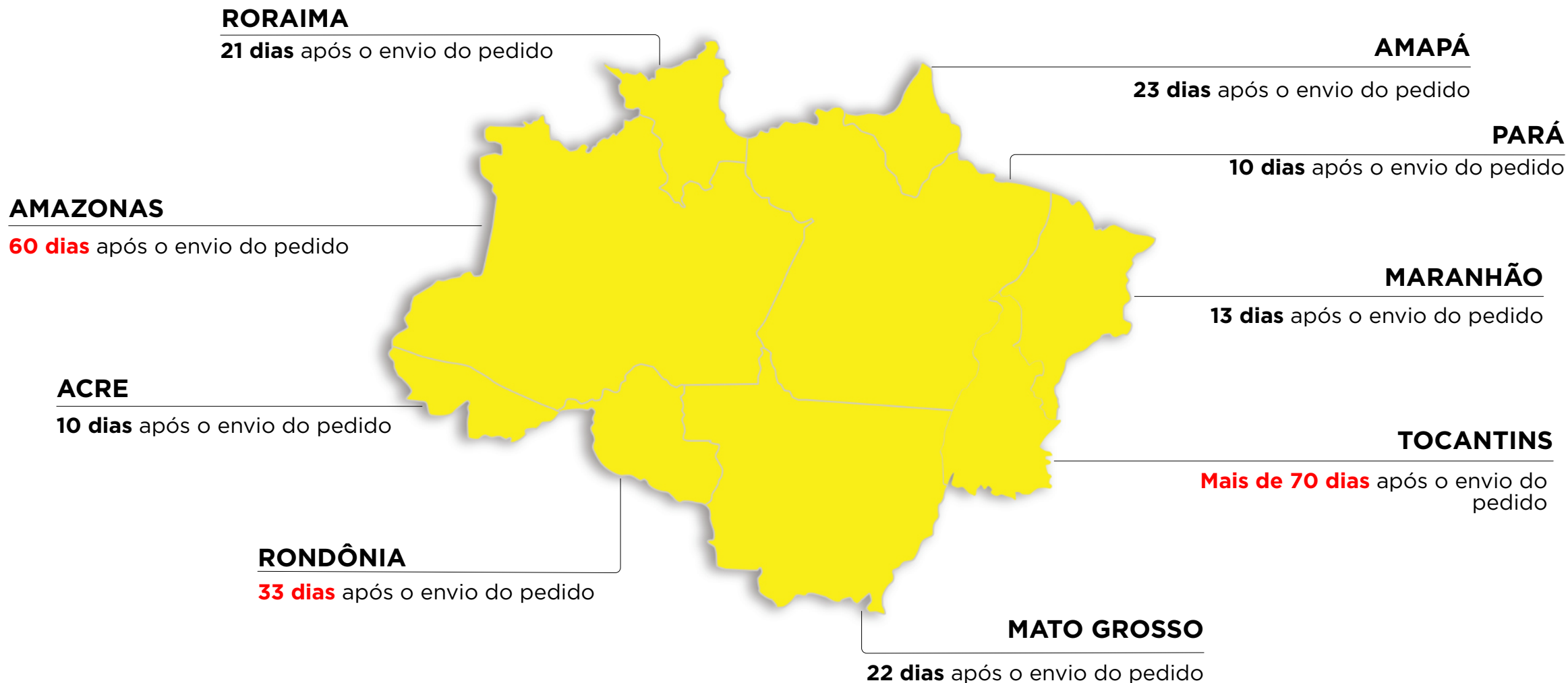
Os **TJAP**, **TJPA**, **TJRR** e **TJTO** suspenderam decisões relacionadas à arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

Guerra Fiscal

ACESSO AOS DADOS I PRAZOS DE RESPOSTA



Nossa análise é realizada tendo como base listas de processos disponibilizadas pelos Tribunais de Justiça. Os dados são obtidos via Lei de Acesso à Informação, que prevê prazo de 20 dias para resposta, prorrogável por mais 10.





O JUSTA ANALISOU O **COMPORTAMENTO DOS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL.**

OBSERVAMOS **COMO A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA TEM SIDO UTILIZADA NA REGIÃO E COMO SUA APLICAÇÃO AFETA DIREITOS SOCIAIS E INTERESSES COLETIVOS.**

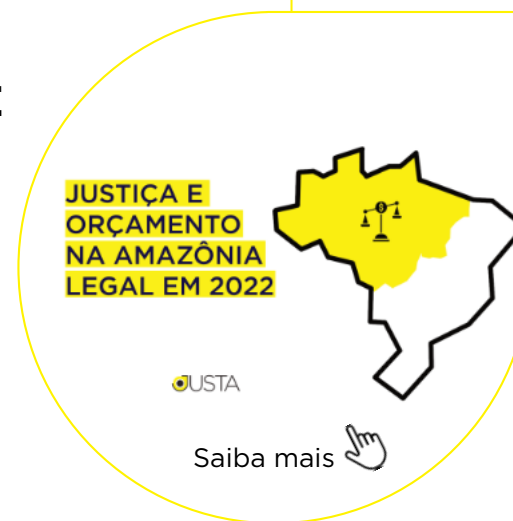
Apesar de não ser o foco do JUSTA, questões tributárias acabaram ganhando relevância pelo número e impacto dos casos



130 DECISÕES TIVERAM O ZELO PELA **ORDEM PÚBLICA** COMO FUNDAMENTO PARA SUSPENDER DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

97 DECISÕES TIVERAM O ZELO PELA **ECONOMIA PÚBLICA** COMO FUNDAMENTO PARA SUSPENDER DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

! APESAR DE GRANDE PARTE DOS CASOS ANALISADOS TRATAR DA PANDEMIA DE COVID-19 E DE SEGURANÇA PÚBLICA, **O ZÊLO COM A SAÚDE E COM A SEGURANÇA FUNDAMENTARAM APENAS 23 E 11 DECISÕES, RESPECTIVAMENTE.**



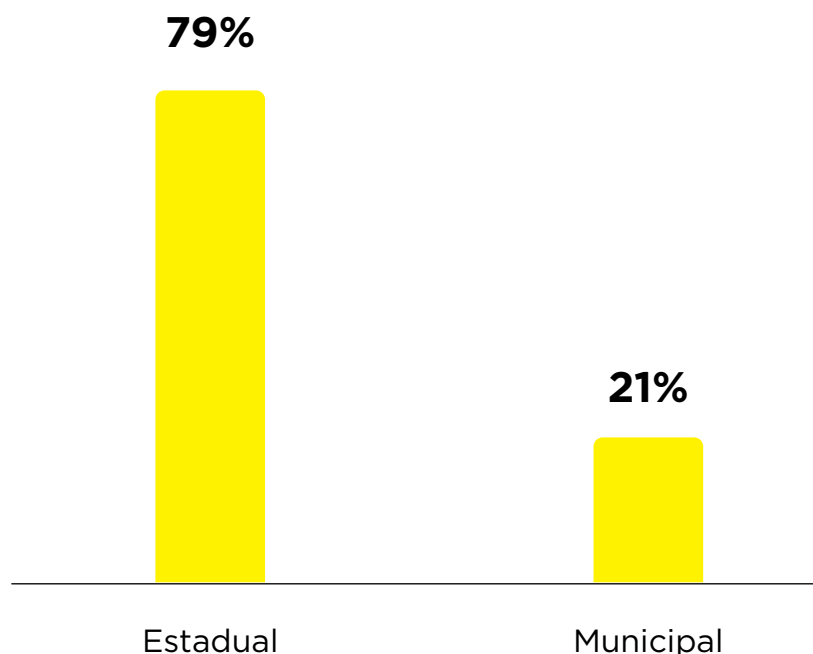
De outro lado, **5 Tribunais de Justiça** da Amazônia Legal receberam o total de **R\$ 428 milhões em créditos adicionais** para suas folhas de pagamento - distribuídos diretamente pelos governadores de seus estados.



Saiba mais sobre os 4 fundamentos que autorizam a suspensão em nossas notas metodológicas



O PERCENTUAL DE DECISÕES SUSPENSAS
É **MAIOR NA ESFERA ESTADUAL***



Interessa ao JUSTA analisar o **impacto** da **proximidade** entre os Poderes, especialmente **Executivo** e **Judiciário**.

Queremos entender como os presidentes dos Tribunais de Justiça atendem aos pedidos dos governos estaduais. De outro lado, analisamos também o orçamento reservado aos TJs pelos mesmos governos.

Tratamos de orçamento e de política judicial conjuntamente em razão do **peso político que as disputas orçamentárias travadas pelas carreiras jurídicas têm na gestão da justiça**.

Conheça nosso estudo sobre Orçamento e Sistema de Justiça na Amazônia Legal



*No TJAC não houve decisão de suspensão de segurança e no TJRR não houve decisões suspensas na esfera estadual.

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA POR ESFERA



PERCENTUAL DE DECISÕES SUSPENSAS NA **ESFERA ESTADUAL** POR UF

100% DAS DECISÕES NO **PARÁ**, NO **MATO GROSSO** E NO **TOCANTINS**

70% DAS DECISÕES NO **AMAZONAS** E NO **MARANHÃO**

50% DAS DECISÕES NO **AMAPÁ**

EM **RONDÔNIA**, **02** DECISÕES FORAM **PARCIALMENTE**
SUSPENSAS NA ESFERA ESTADUAL

NO **ACRE**,
NÃO HOUE NENHUMA
DECISÃO DE SUSPENSÃO
DE SEGURANÇA NO
PERÍODO ANALISADO

EM **RORAIMA**,
NÃO HOUE DECISÕES
SUSPENSAS NA ESFERA
ESTADUAL



**4 GRANDES
QUESTÕES FORAM
ESPECIALMENTE
IMPACTADAS PELO
USO DE SUSPENSÃO
DE SEGURANÇA NA
AMAZÔNIA LEGAL**



PANDEMIA DE COVID-19



SEGURANÇA PÚBLICA



**GESTÃO DO SISTEMA
PRISIONAL**



**A CHAMADA
GUERRA FISCAL**



No **Amazonas**, durante a pandemia de COVID-19, a suspensão de segurança foi utilizada para:

- suspender **fornecimento de oxigênio medicinal** a municípios
- suspender disponibilização de **leitos de UTI, de urgência e de emergência**, além de **equipe médica** com experiência em UTI

Em 2020, a 1ª onda da pandemia foi marcada pela construção de **valas coletivas para as vítimas da COVID-19** em Manaus, capital do estado

Desde 2021, o **governador do Amazonas é réu**, em processo no Superior Tribunal de Justiça, **por possível fraude na compra de respiradores** destinados ao tratamento de COVID-19

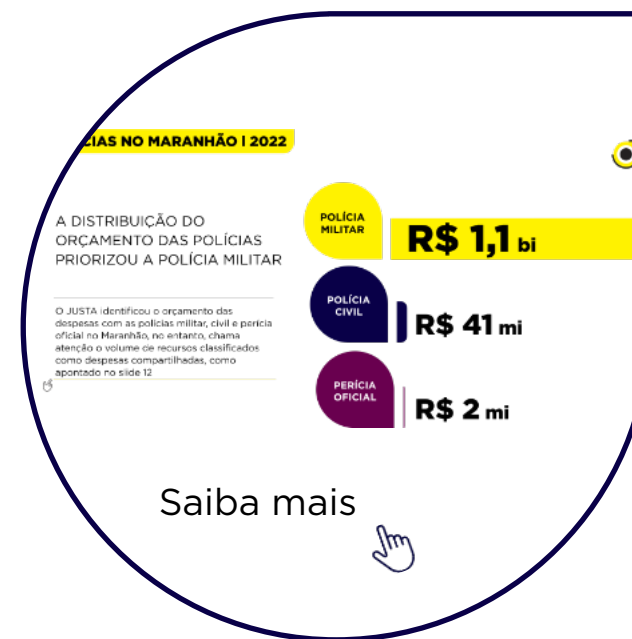
Em 2021, a 2ª onda foi marcada pela **crise da falta de oxigênio** e colapso do sistema de saúde do estado

No **Maranhão**, a suspensão de segurança foi utilizada para:

- suspender instalação de Núcleo de Perícia Forense composto por um Instituto de Identificação, um Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes, um Instituto Médico Legal e um Instituto de Criminalística.
- impedir a designação de delegados e policiais civis para municípios do estado



O JUSTA também analisa o orçamento da segurança pública e observamos uma acentuada concentração de recursos na Polícia Militar e, de outro lado, baixo investimento nas polícias investigativa e científica.





Nos estados do **Mato Grosso** e de **Rondônia**, a suspensão de segurança foi utilizada para:

- manter contrato com empresa que responde a processo administrativo por fornecimento de alimentos de má qualidade ao sistema prisional de Porto Velho/RO
- manter contrato emergencial para fornecimento de alimentação nas unidades prisionais de Cuiabá e Várzea Grande/ MT

Rondônia é o estado da Amazônia Legal que proporcionalmente **mais gasta com o sistema penitenciário***

Em Rondônia, os peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura constataram situações de insegurança alimentar em unidades de privação de liberdade



*Confira os dados orçamentários sobre segurança pública e sistema prisional dos estados do Acre, do Maranhão, do Pará, de Rondônia e de Tocantins.



Em 2022, discussões tributárias envolvendo o ICMS tiveram destaque nos estados do **Amapá, Pará, Roraima e Tocantins**.

No **Amapá, Pará e Tocantins**, as decisões das presidências dos TJs permitiram que os estados exigissem das empresas os valores relacionados ao Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL).

Somente em **Roraima** houve a negativa ao pedido de suspensão de segurança, o que **impediu que o estado arrecadasse esses valores**.

O que é o Diferencial de Alíquota do ICMS?

É uma medida adotada para tentar reduzir os efeitos da guerra fiscal. Ele é aplicado em vendas interestaduais para consumidores finais não contribuintes de ICMS.



A guerra fiscal no Brasil é uma disputa causada pela competição entre os estados e municípios para oferecer incentivos fiscais para atrair investimentos.



Os estados que conseguem aplicar alíquotas de ICMS mais baixas acabam recebendo mais investimentos das empresas. O Diferencial de Alíquota (DIFAL) foi criado como uma tentativa de reduzir a disparidade na arrecadação do ICMS entre os estados e é uma das principais fontes de arrecadação dos estados, tendo parcela de suas receitas destinada à saúde, à educação e à segurança pública.

Em 2022, o destaque foi para a **Lei Complementar Federal 190/2022**, que regulamentou a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL).
Em 2023, a cobrança do DIFAL ICMS está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, através das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7070 e 7078.

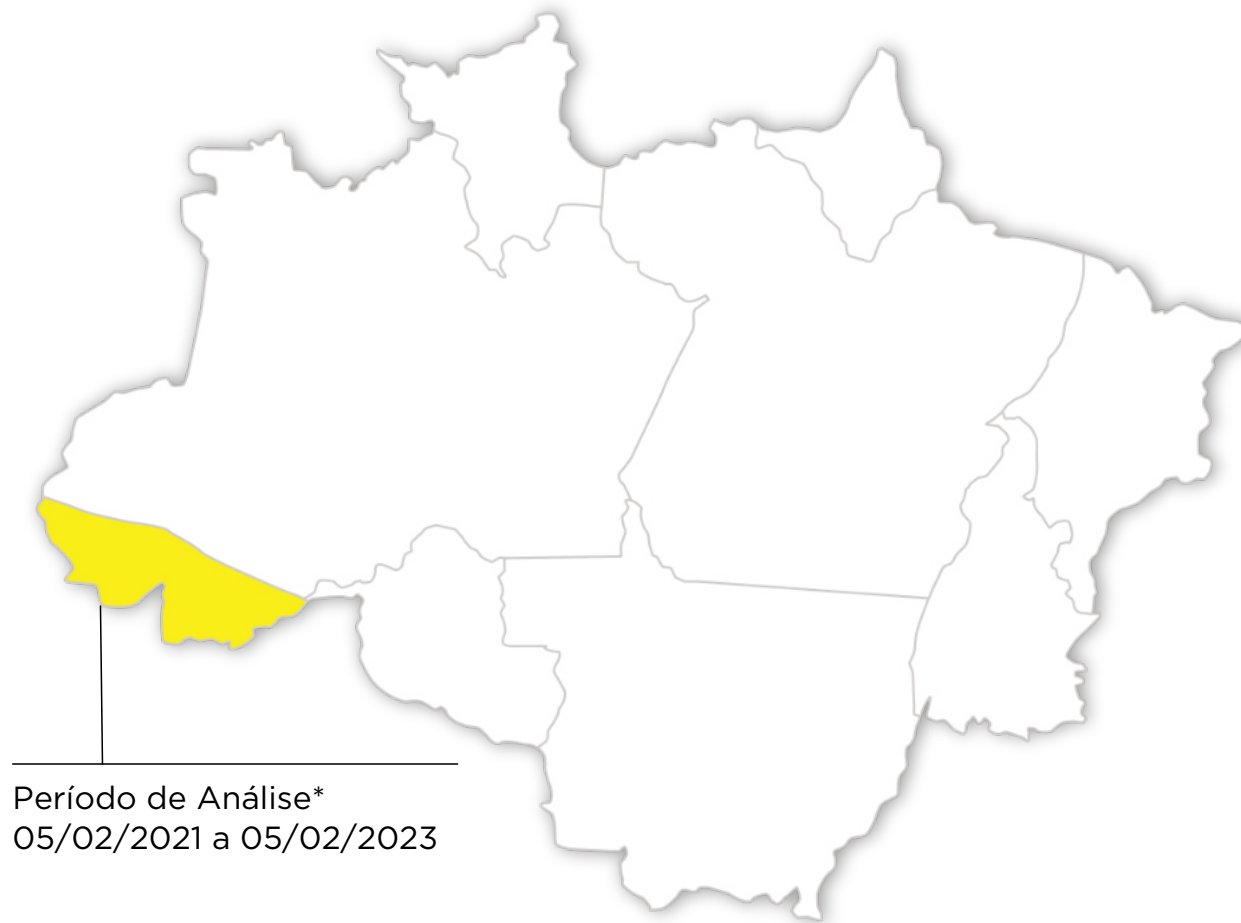
Em 2019, a arrecadação do DIFAL/ICMS rendeu aos estados:

AP | R\$ 123 mi
RR | R\$ 112 mi
PA | R\$ 217 mi
TO | R\$ 88 mi*

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA ACRE

**WALDIRENE
CORDEIRO**

É A PRESIDENTA DO
TJAC DO BIÊNIO
2021-23



Período de Análise*
05/02/2021 a 05/02/2023

*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





No Acre, **não** houve **decisões** relacionadas a pedidos de **suspensão de segurança** entre **2021 e 2023**.

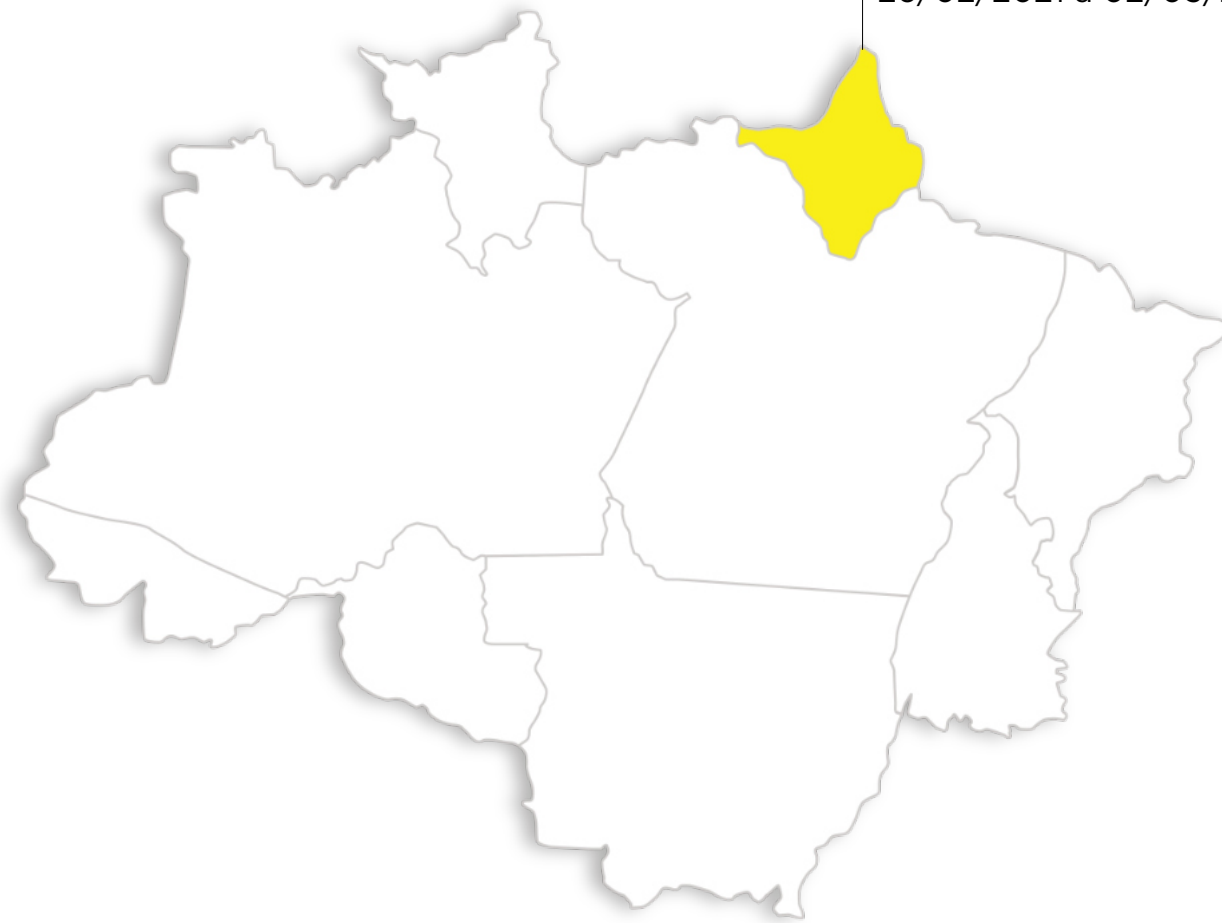
O **TJAC** foi o **primeiro Tribunal de Justiça** pesquisado pelo JUSTA em que não houve decisões de suspensão de segurança no período de uma gestão inteira.

Período de análise da pesquisa

05/02/2021 a 05/02/2023

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA AMAPÁ

ROMMEL ARAÚJO
É O PRESIDENTE DO
TJAP DO BIÊNIO
2021-23



Período de Análise*

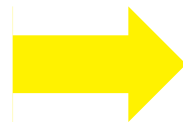
26/02/2021 a 02/03/2023

*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





05



03

**PROCESSOS RECEBIDOS
VIA LAI**

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foram excluídos da base de dados:

01 processo que não tratava de
suspensão de segurança

01 processo estava em segredo de justiça



Consulte nossas *notas
metodológicas* para
conhecer nossa
unidade de análise





02

PEDIDOS **ESTADUAIS**

01

PEDIDO **MUNICIPAL**



Confira os temas das decisões de suspensão de segurança da **esfera estadual**

- **01** decisão sobre **incidência e cobrança de tributo**, que **suspendeu 26 decisões de primeira instância** !
- **01** decisão sobre **direito à saúde**



Na esfera estadual, o **Governo do Amapá** foi o **único autor** de pedidos de suspensão de segurança no período analisado

07/06/2022

A pedido do Governo do Estado do Amapá, foram **suspensas 26 decisões** que dispensavam a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) em 2022 para compras feitas por consumidores finais não registrados como contribuintes do ICMS.

O DIFAL do ICMS arrecadou R\$ 120 milhões* para o Amapá em 2022.

Extensão de
efeitos 

07/07/2022

O Presidente do TJAP **não suspendeu** decisão liminar que determinava o fornecimento do medicamento de alto custo para o tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME).

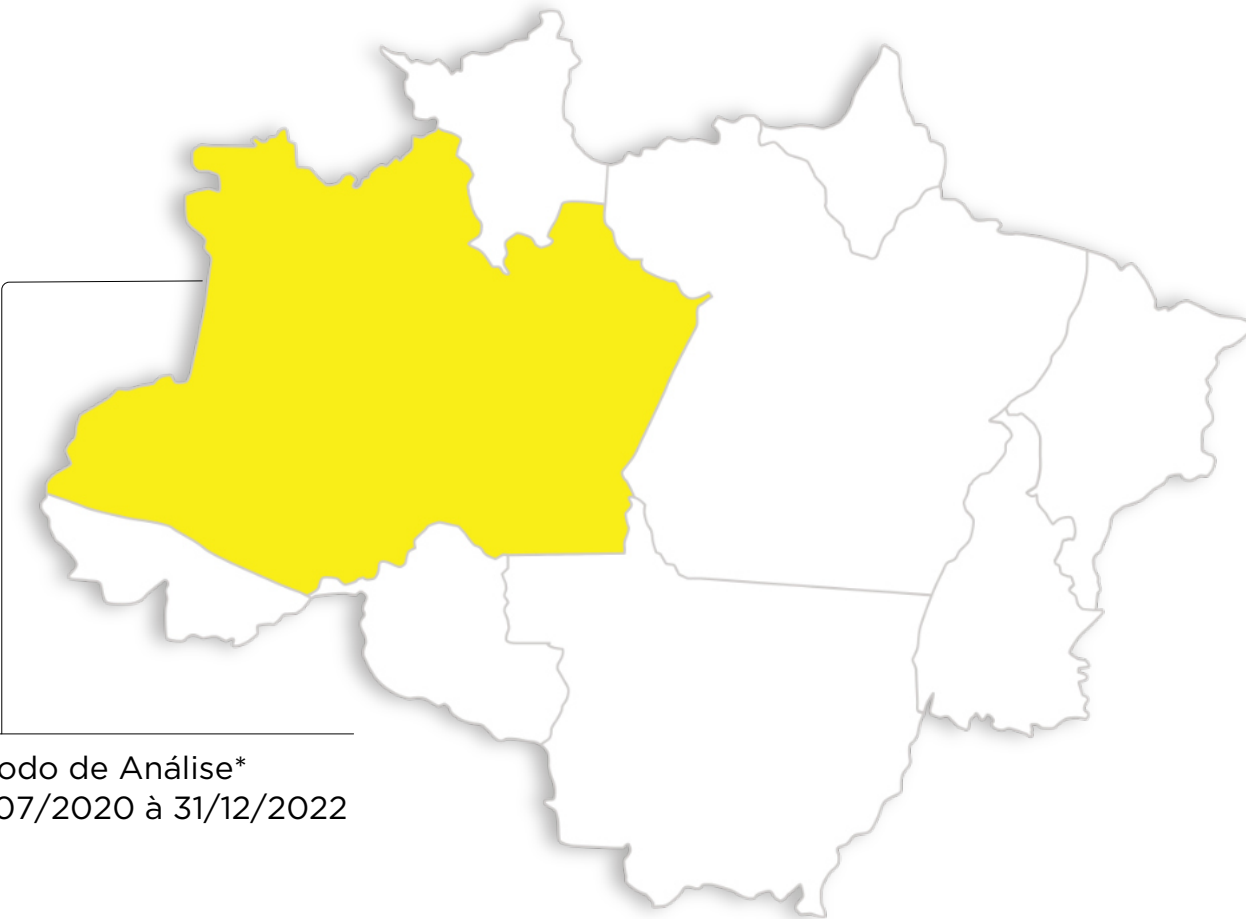
O medicamento foi aprovado pela ANVISA, mas não é considerado um medicamento essencial pelo governo, o que dificulta seu acesso via SUS.

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA AMAZONAS



**DOMINGOS JORGE
CHALUB** ERA O
PRESIDENTE DO TJAM
DO BIÊNIO 2020-22*

Período de Análise*
07/07/2020 à 31/12/2022



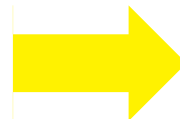
*A partir de julho de 2022, o Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes assumiu a presidência temporariamente, até janeiro de 2023.

*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





98



77

**PROCESSOS RECEBIDOS
VIA LAI**

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foram excluídos da base de dados:
08 decisões sem resolução do mérito
2 processos em segredo de justiça
11 processos que não se tratavam de
suspensão de segurança



Consulte nossas *notas
metodológicas* para
conhecer nossa
unidade de análise





77

Suspensões de segurança

66% decisões de primeira instância **suspensas**

30% decisões de primeira instância **mantidas**

4% decisões de primeira instância
parcialmente suspensas



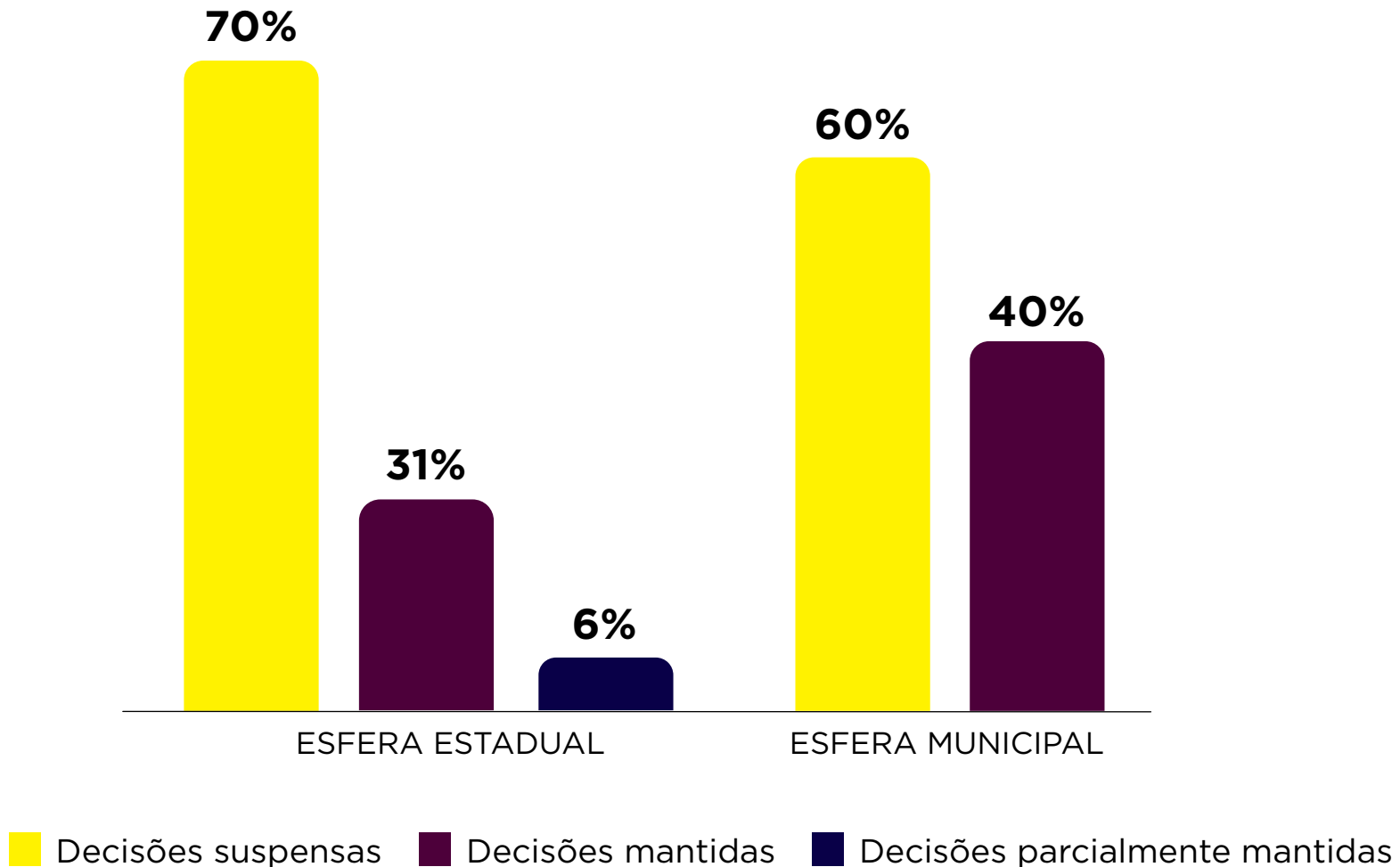
47

PEDIDOS **ESTADUAIS**

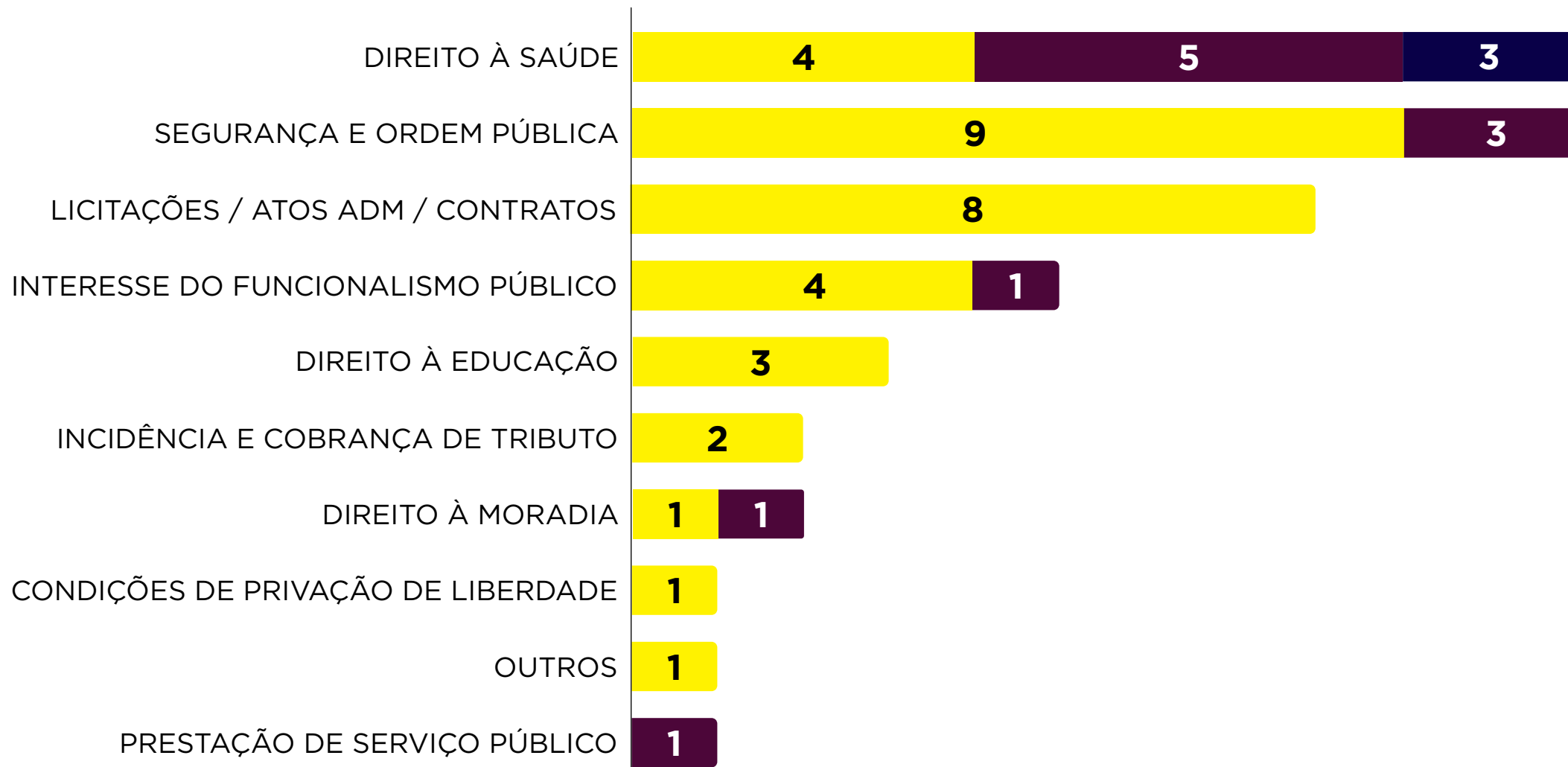
30

PEDIDOS **MUNICIPAIS**

PERCENTUAL DE SUSPENSÕES POR ESFERA E DESFECHO

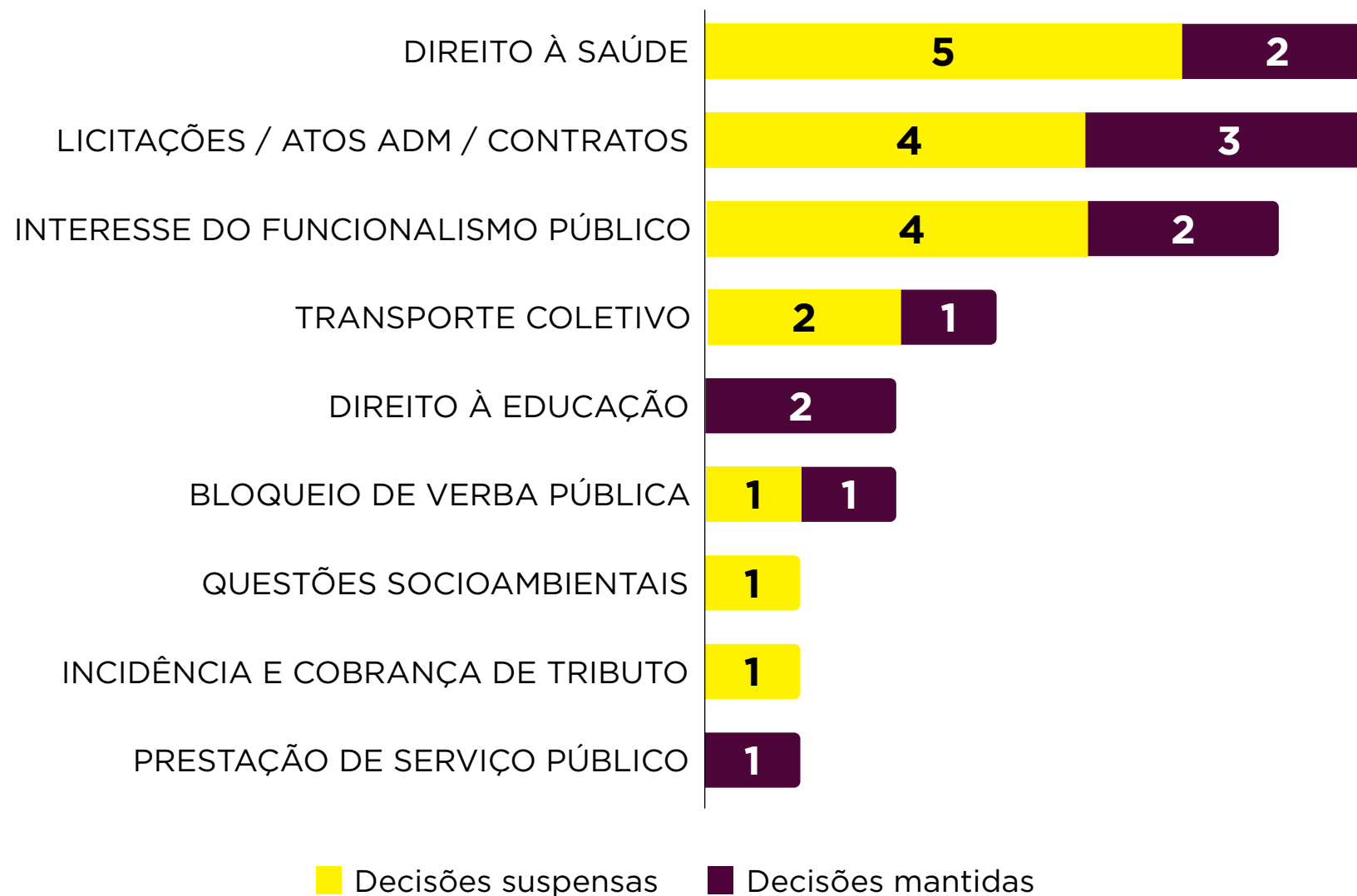


SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA ESTADUAL POR TEMA* E DESFECHO

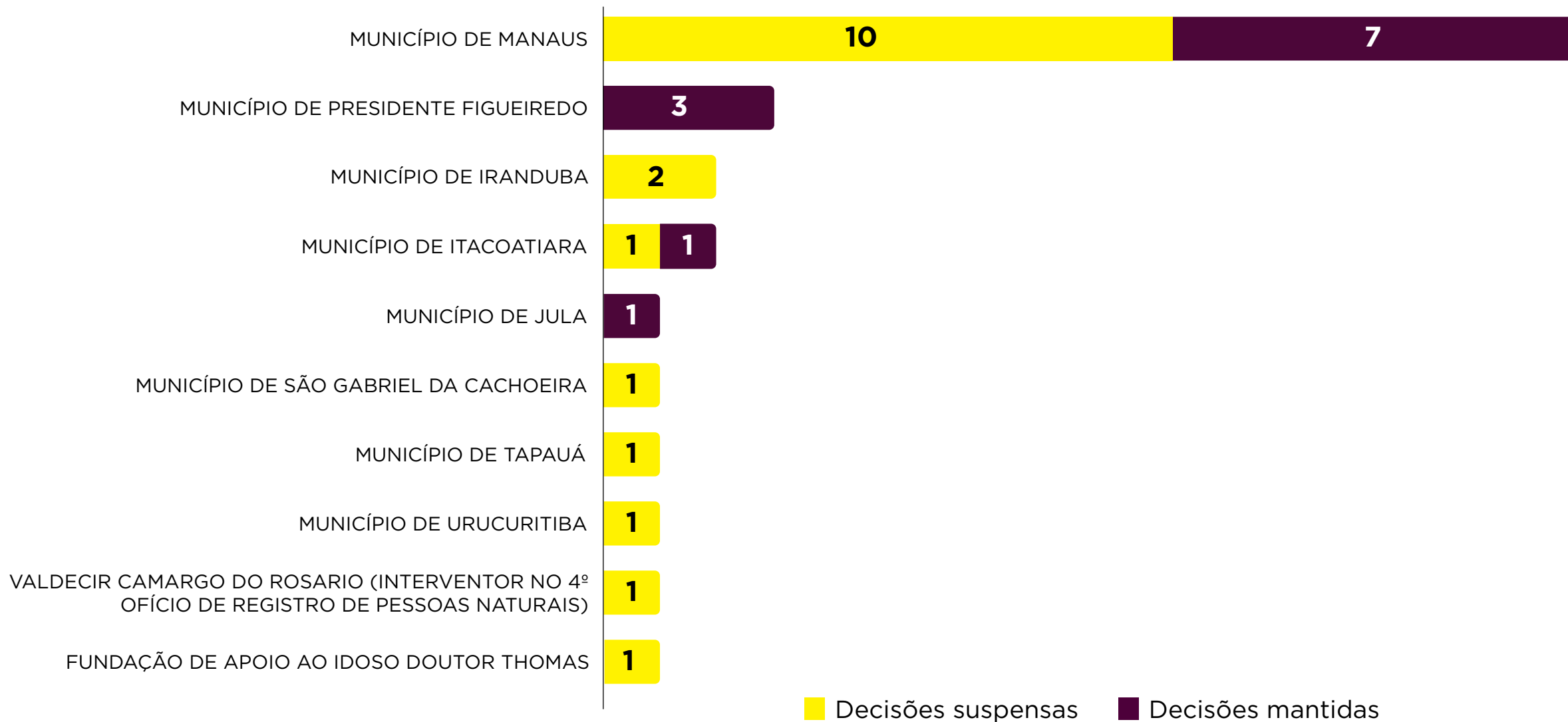


■ Decisões suspensas
 ■ Decisões mantidas
 ■ Decisões parcialmente suspensas

SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA MUNICIPAL POR DESFECHO E TEMA



AUTORES DE PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NA ESFERA MUNICIPAL





47

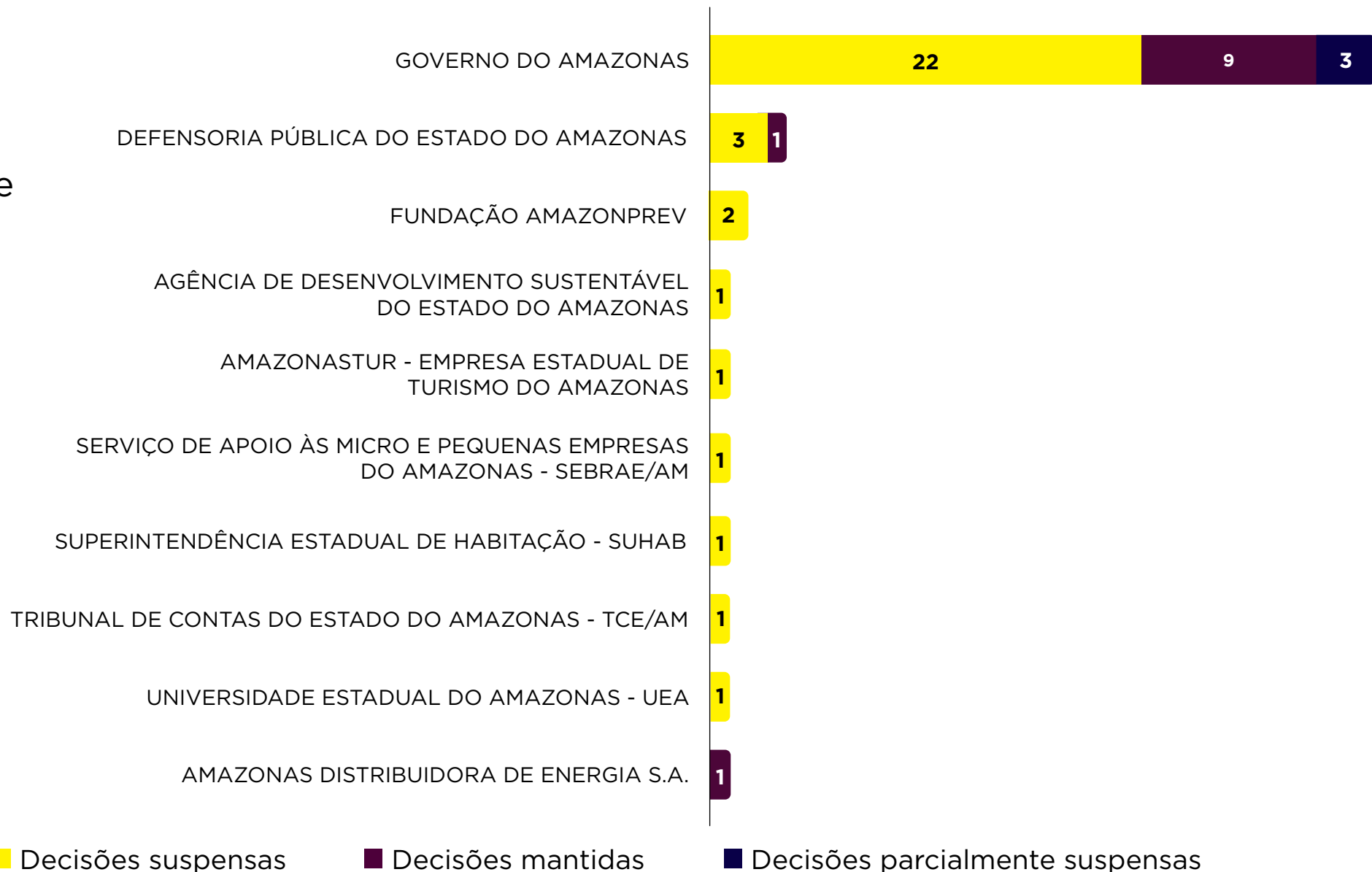
**DECISÕES DA
ESFERA ESTADUAL**

**O INTERESSE DO JUSTA ESTÁ NA
ESFERA ESTADUAL. TODOS OS
DADOS A SEGUIR REFEREM-SE,
PORTANTO, A ESSE RECORTE DA
BASE DE DADOS**

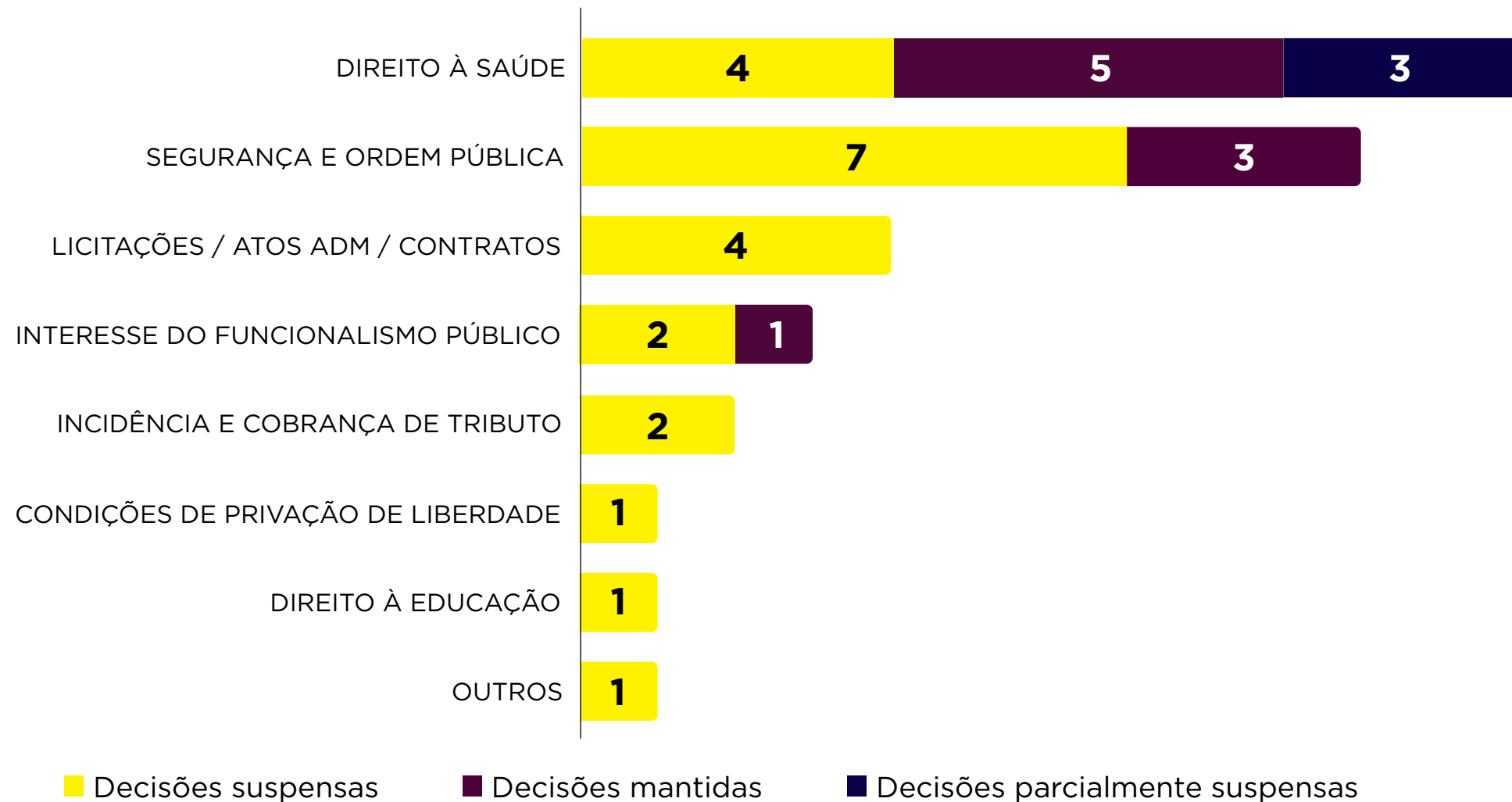


O **Governo do Amazonas** foi o mais recorrente autor de pedidos de suspensão de segurança

65% dos pedidos foram **atendidos**



PEDIDOS APRESENTADOS PELO GOVERNO DO AMAZONAS POR TEMA E DESFECHOS





16/01/2021

A pedido do governo do Amazonas, **foi suspensa** decisão que obrigava o estado a fornecer **oxigênio medicinal** ao Município de Autazes **durante a pandemia** de COVID-19.

17/01/2021

O presidente do TJAM se reuniu com representantes do governo do estado, da empresa White Martins e do sistema de justiça para discutir sobre a capacidade de produção e distribuição de oxigênio.

Em janeiro de 2021, o Brasil enfrentava a segunda onda da pandemia do coronavírus. Com a **falta de oxigênio**, **3.536 pessoas morreram** no estado do Amazonas no primeiro mês de 2021.

26/01/2021

O presidente do TJAM **reformou sua decisão**, para determinar que o governo estadual fornecesse o oxigênio ao município. **No entanto, não foi estipulado prazo para o cumprimento da obrigação.**

10/02/2021

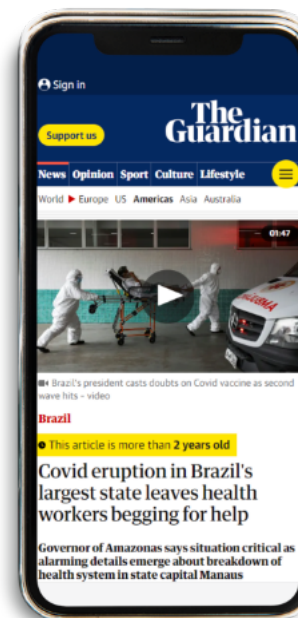
A decisão teve seus efeitos estendidos para retirar o prazo de fornecimento de oxigênio nos municípios de **Nova Olinda do Norte, Manacapuru, Tefé, Itacotiara e Urucuritiba.**

22/02/2021

A decisão teve seus efeitos estendidos novamente, para alcançar os municípios de **Iranduba e Coari.**



A CRISE SANITÁRIA NO AMAZONAS FOI AMPLAMENTE NOTICIADA EM DIVERSOS SÍTIOS ELETRÔNICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS



TAMBÉM FORAM **SUSPENSAS** DECISÕES JUDICIAIS COMO AS QUE:

06/08/2020

Obrigava o governo do estado do Amazonas a fornecer **leitos de UTI** e equipe médica com experiência em UTI ao **Hospital Municipal de Eirunepé**, no prazo de dez dias, para tratar pacientes com COVID-19

22/01/2021

Obrigava o governo do estado do Amazonas a disponibilizar 2 **leitos de UTI** e 3 **leitos de urgência e emergência**, para pacientes com COVID-19, internados no **Hospital Regional de Tefé**.



Essa suspensão teve seus **efeitos estendidos para outras 62 decisões**, que alcançaram os municípios de Manaus, Careiro, Castano, Tabatinga, Nova Olinda do Norte, Itacotiara, Coari, Tefé, Parintins, São Paulo de Olivença, Anori, Manacapuru, Maués e Iranduba

Extensão de
efeitos

29/09/2022

A pedido do governo do Amazonas, foi suspensa a decisão que impedia a continuidade da licitação para construção da cadeia pública de Manacapuru.

O presidente do TJAM usou como fundamento para suspender a decisão o risco à ordem pública, sem mencionar a saúde e a segurança das pessoas privadas de liberdade.

A paralisação ocorreu devido à eliminação de uma das empresas participantes do processo licitatório. Seriam criadas 143 vagas no sistema prisional, em uma área construída de 3.406,55 m²



De acordo com a Secretaria de Políticas Penais, entre julho e dezembro de 2022, o estado possuía **3.999 vagas nos estabelecimentos prisionais**.

A população prisional era de **4.938 pessoas privadas de liberdade**.

82% das pessoas presas no estado são pardas e negras.

1% das pessoas privadas de liberdade são indígenas.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), **74% da população residente no estado é parda e preta**, enquanto 4,80% é indígena.

NA MÍDIA EM 2022



QUESTÕES ENVOLVENDO
**VIOLAÇÕES DE DIREITOS
NO SISTEMA PRISIONAL
DO AMAZONAS** FORAM
AMPLAMENTE
NOTICIADAS

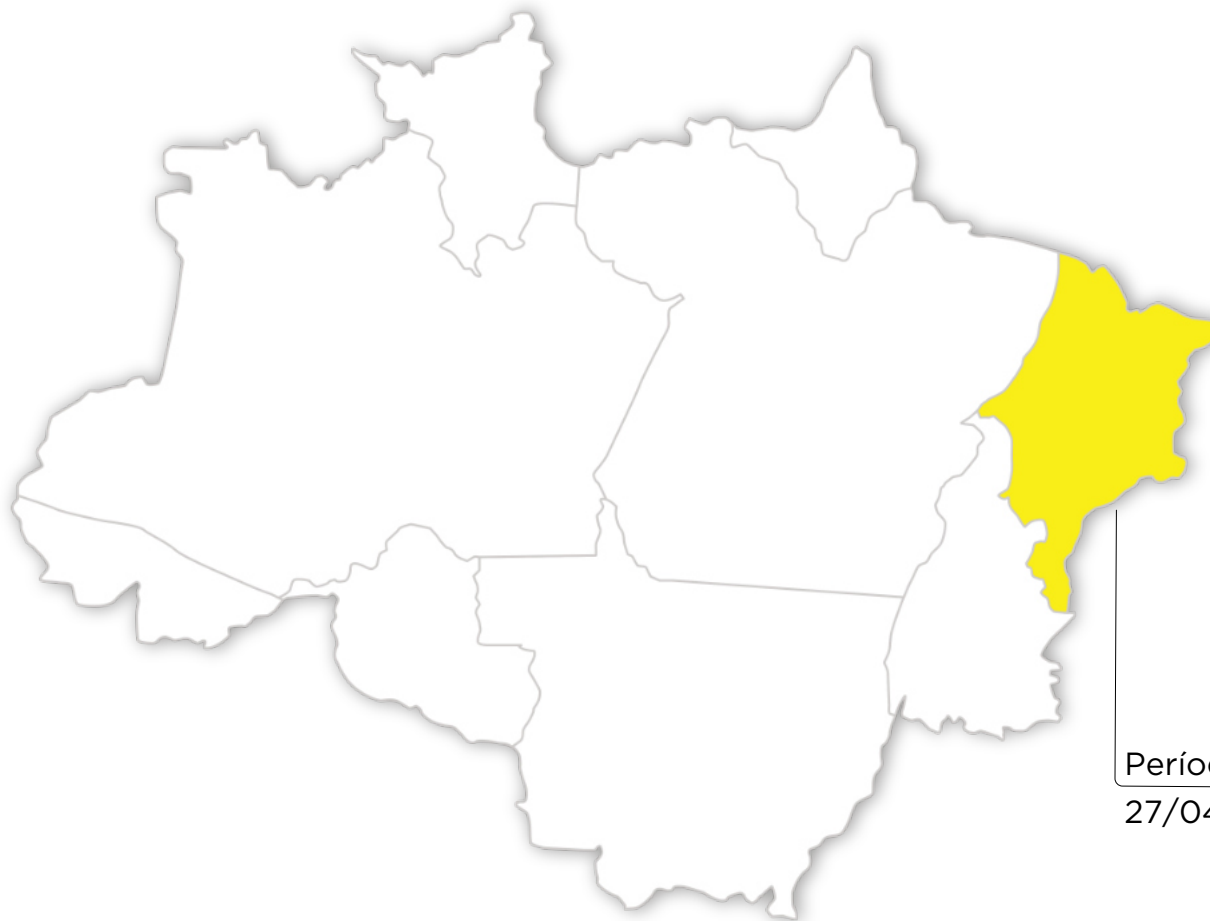




SUSPENSÃO DE SEGURANÇA MARANHÃO

LOURIVAL SEREJO
ERA O PRESIDENTE
DO TJMA DO BIÊNIO
2020-22

PAULO VELTEN
É O PRESIDENTE DO
TJMA DO BIÊNIO
2022-24



Período de Análise*
27/04/2020 a 31/12/2022

*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





156 → 133

PROCESSOS RECEBIDOS VIA LAI

Há processos com mais de uma decisão de suspensão de segurança, em decorrência do pedido de extensão de efeitos

**Extensão de
efeitos** 

TOTAL DE DECISÕES QUE COMPUSERAM A BASE DE DADOS

Foram excluídos da base de dados:

04 processos que não tratam de suspensão de segurança

23 decisões sem resolução do mérito

08 decisões que estavam em segredo de justiça



Consulte nossas *notas metodológicas* para conhecer nossa unidade de análise





133

Suspensões de segurança

57% decisões de primeira instância **suspensas**

38% decisões de primeira instância **mantidas**

5% decisões de primeira instância
parcialmente suspensas



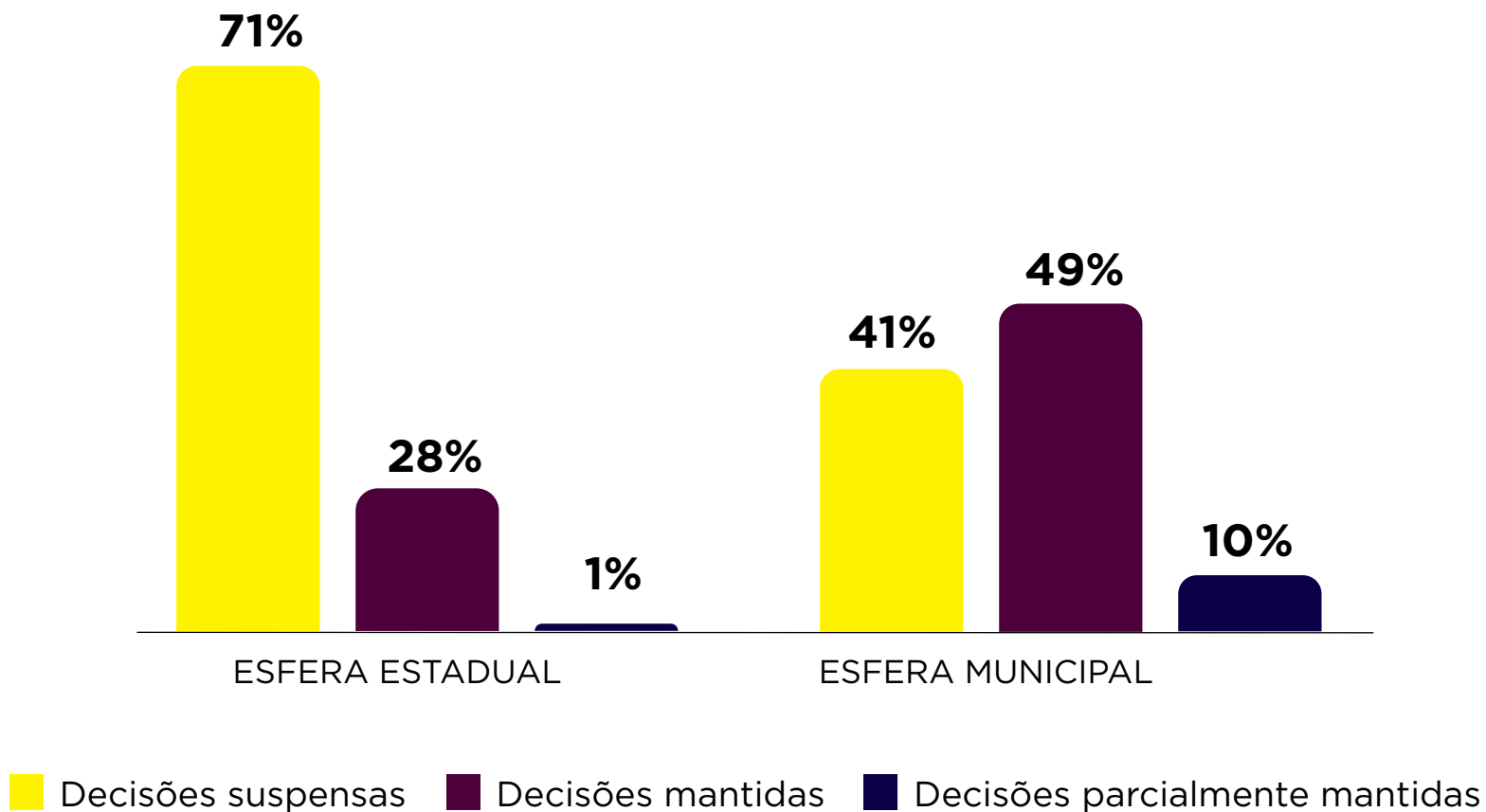
70

PEDIDOS **ESTADUAIS**

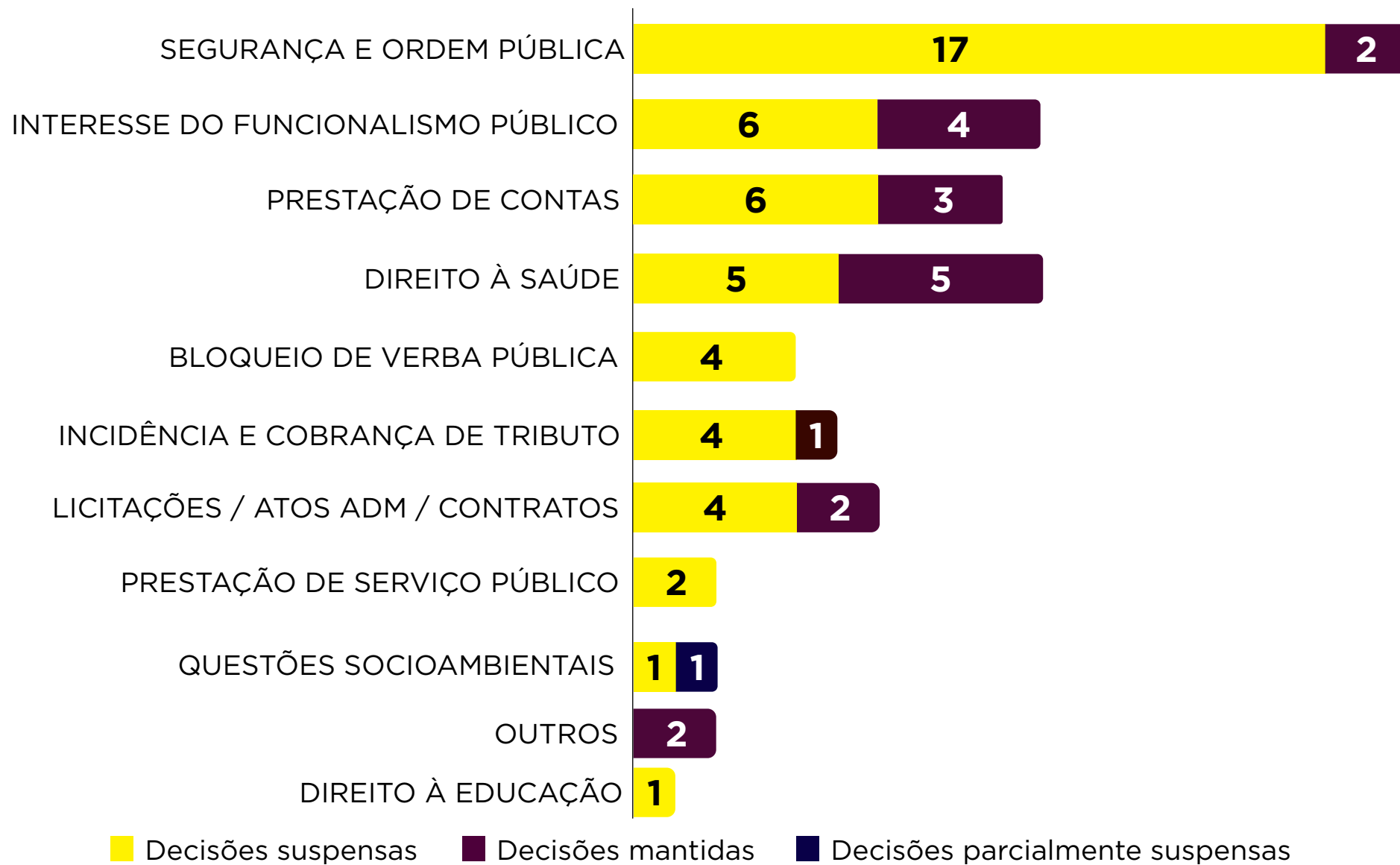
63

PEDIDOS **MUNICIPAIS**

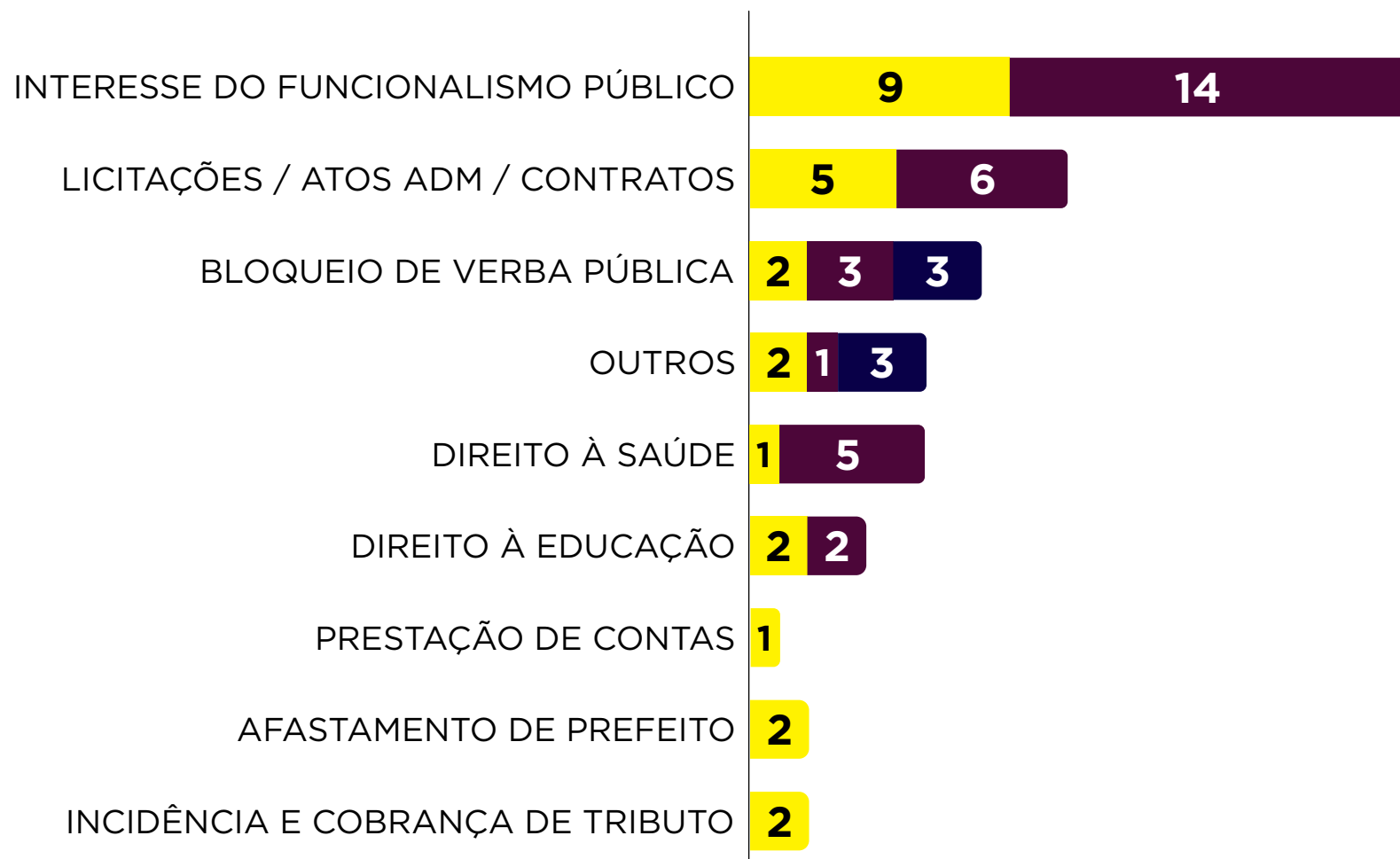
PERCENTUAL DE SUSPENSÕES POR ESFERA E DESFECHO



SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA ESTADUAL POR TEMA E DESFECHO



SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA MUNICIPAL POR TEMA E DESFECHO

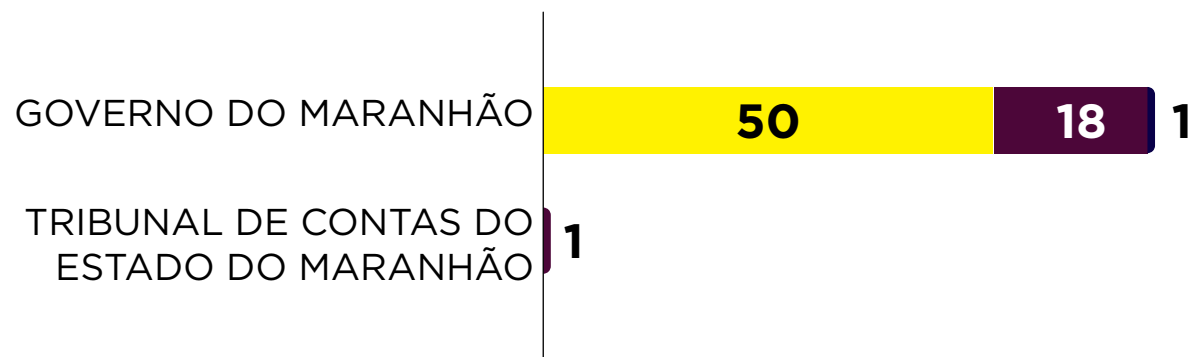


■ Decisões suspensas
 ■ Decisões mantidas
 ■ Decisões parcialmente suspensas



○ **Governo do Maranhão** foi o mais recorrente autor de pedidos de suspensão de segurança na esfera estadual

SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA ESTADUAL POR AUTOR E DESFECHO



■ Decisões suspensas ■ Decisões mantidas ■ Decisões parcialmente suspensas



70

**DECISÕES DA
ESFERA ESTADUAL**

**O INTERESSE DO JUSTA ESTÁ NA
ESFERA ESTADUAL. TODOS OS
DADOS A SEGUIR REFEREM-SE,
PORTANTO, A ESSE RECORTE DA
BASE DE DADOS**

15/12/2022

A pedido do governo do Maranhão, foi suspensa decisão que determinava a **instalação de um Núcleo de Perícia Forense** no município de Santa Inês, **composto por um Instituto de Identificação, um Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes, um Instituto Médico Legal e um Instituto de Criminalística.**

A decisão suspensa determinava a aquisição de equipamentos, a contratação de profissionais para atuar no núcleo e assegurava serviço de vigilância armada para as instalações



Em 2022, o orçamento da perícia oficial foi de R\$ 2 milhões, enquanto a Polícia Militar do Maranhão recebeu mais de R\$1 bilhão.



 Saiba mais



05/02/2021

A pedido do governo do Maranhão, foi **suspensa** decisão que determinava a **designação de um delegado de Polícia Civil** e um quantitativo maior de policiais civis e militares concursados para atuarem na Delegacia de Polícia de Apicum-Açu.

25/03/2022

A pedido do governo do Maranhão, foi **suspensa** decisão que determinava a **designação de um delegado de Polícia Civil** para atuar na delegacia de Polícia de Alcântara.

01/08/2022

A pedido do governo do Maranhão, foi **suspensa** decisão que determinava a **interdição de delegacia** localizada em Timbiras, devido a problemas estruturais.

21/09/2020

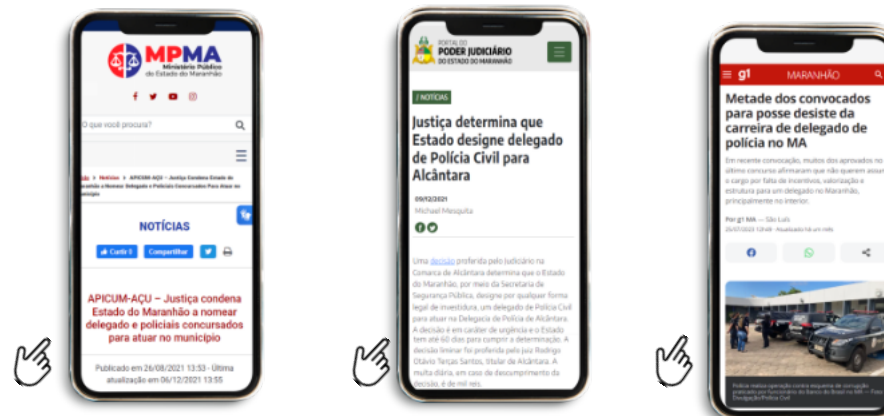
A pedido do governo do Maranhão, foi **suspensa** a decisão que **determinava a promoção** de 8 delegados da Polícia Civil.



QUESTÕES ENVOLVENDO A **SEGURANÇA PÚBLICA NO MARANHÃO** FORAM AMPLAMENTE NOTICIADAS



O JUSTA também analisou o orçamento da área e o que **observamos é a concentração de investimentos na polícia militar e a destinação de valores destacadamente inferiores às polícias investigativa e científica.**



O FUNIL DE
INVESTIMENTO DA
SEGURANÇA PÚBLICA
E PRISIONAL NA
AMAZÔNIA LEGAL
EM 2022

JUSTA



A pedido do governo do Maranhão, em 2020, foram **suspensas 5 decisões** com o intuito de manter a desaprovação das prestações de contas de agentes políticos realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), durante as eleições municipais.

12/09

Prestação de contas do Prefeito de São Roberto relativas ao exercício financeiro de 2009 e 2012.

19/10

Prestações de contas realizadas pelo Secretário de Administração e de Finanças de Magalhães de Almeida nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

28/10

Prestação de contas do Prefeito de Sucupira do Norte em 2010.

15/12

Prestação de contas do Prefeito de Milagres do Maranhão em 2009.

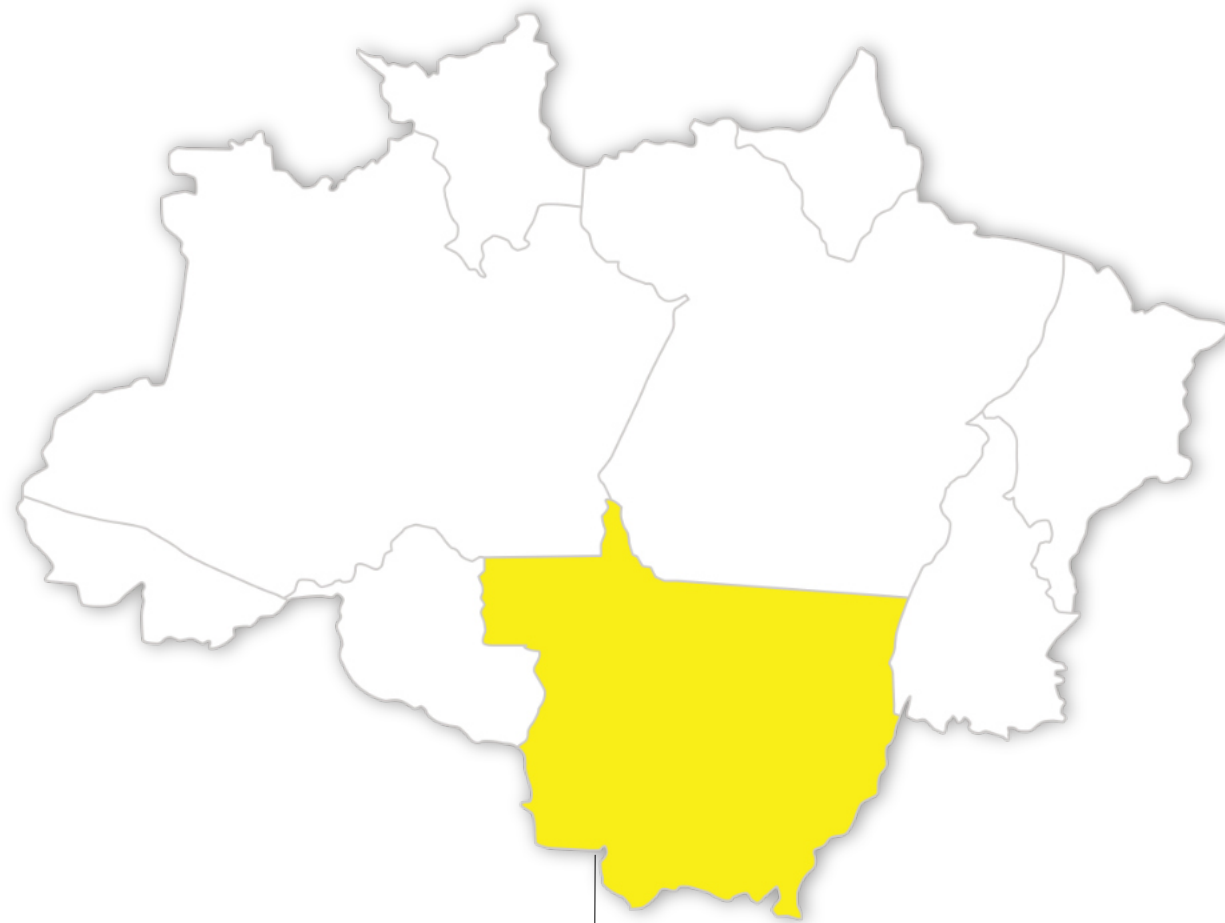
17/12

Prestação de contas da Prefeita de Fortuna no exercício financeiro de 2008.

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA MATO GROSSO



**MARIA HELENA
PÓVOAS** ERA A
PRESIDENTA DO TJMT
DO BIÊNIO 2021-22



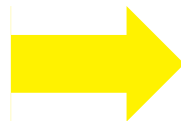
Período de Análise*
18/12/2020 a 31/12/2022

*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





15



08

PROCESSOS RECEBIDOS VIA LAI

Há processos com mais de uma decisão de suspensão de segurança, em decorrência do pedido de extensão de efeitos

TOTAL DE DECISÕES QUE COMPUSERAM A BASE DE DADOS

Foram excluídos da base de dados:
01 processo que não tratam de suspensão de segurança
06 processos que não eram do período analisado
02 decisões sem resolução do mérito



Consulte nossas *notas metodológicas* para conhecer nossa unidade de análise





08

Suspensões de segurança

50% decisões de primeira instância **suspensas**

50% decisões de primeira instância **mantidas**



07

PEDIDOS **ESTADUAIS**

01

PEDIDO **MUNICIPAL**



Confira os temas das decisões de suspensão de segurança da **esfera estadual**

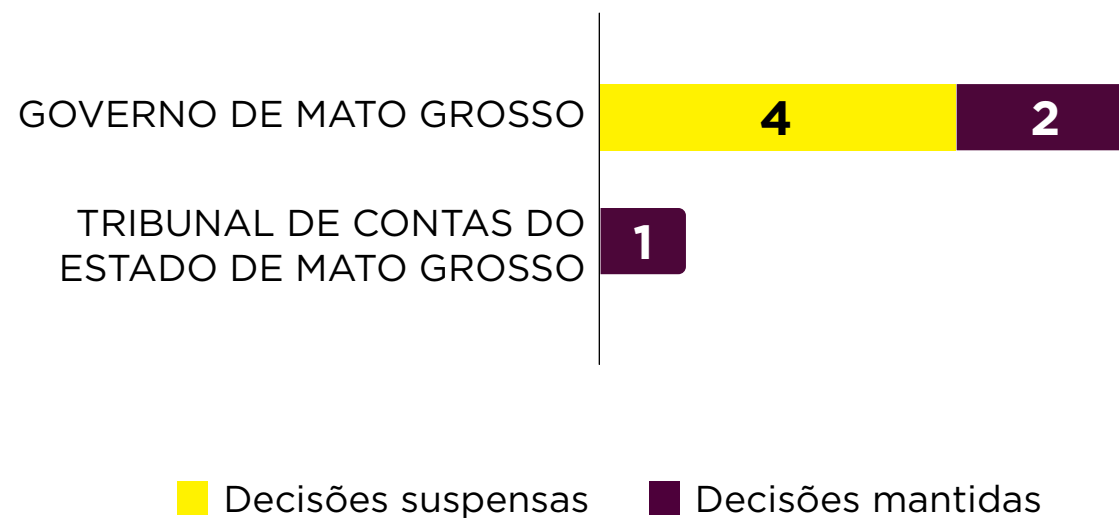
- **03 decisões suspensas** sobre **incidência e cobrança de tributo**, sendo que 1 suspensão se estendeu para **78 decisões**
- **01 decisão suspensa** sobre **condições de privação de liberdade**
- **01 decisão mantida** sobre **direito à saúde**
- **01 decisão mantida** sobre **interesse do funcionalismo público**
- **01 decisão mantida** sobre **outros temas**





○ **Governo do Mato Grosso** foi o mais recorrente autor de pedidos de suspensão de segurança

SUSPENSÕES DE SEGURANÇA DA ESFERA ESTADUAL POR AUTOR E DESFECHO





07

**DECISÕES DA
ESFERA ESTADUAL**

**O INTERESSE DO JUSTA ESTÁ NA
ESFERA ESTADUAL. TODOS OS
DADOS A SEGUIR REFEREM-SE,
PORTANTO, A ESSE RECORTE DA
BASE DE DADOS**

05/08/2021

A pedido do governo de Mato Grosso, foi **suspensa** decisão que **exigia a manutenção de um contrato de fornecimento de alimentos** com a empresa Vogue – Alimentação e Nutrição Ltda **para as unidades prisionais** de Cuiabá e Várzea Grande por um período adicional de 30 dias.

A empresa tinha um contrato com o Governo de Mato Grosso para fornecimento de alimentos em unidades prisionais, que expirou em 23/12/2020.

Esse contrato não foi renovado devido a problemas na prestação de serviços e ao limite de prorrogação previsto em lei (Lei 8.666/93, art. 57, §4º). Novo contrato, com a Novo Sabor Refeições Coletivas Ltda., foi firmado em caráter emergencial.



Assim como nos demais estados brasileiros, no Mato Grosso, a maioria das pessoas presas é preta e parda, alcançando o total de 67%.

De acordo com a Secretaria de Políticas Penais, de julho a dezembro de 2021, **11.328 pessoas estavam privadas de liberdade** em Mato Grosso.

67% das pessoas presas no estado de Mato Grosso são **pardas e pretas**.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), **60%** da população residente no estado é **parda e preta**.

03/11/2022

A pedido do governo de Mato Grosso, a presidenta do TJMT **suspendeu 78 decisões que impediam o estado de exigir o recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL)** incidente em operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes, situados no estado das empresas interessadas.

! Essa decisão teve os seus **efeitos estendidos** 3 vezes para alcançar outros **35 processos**.

Extensão de
efeitos 



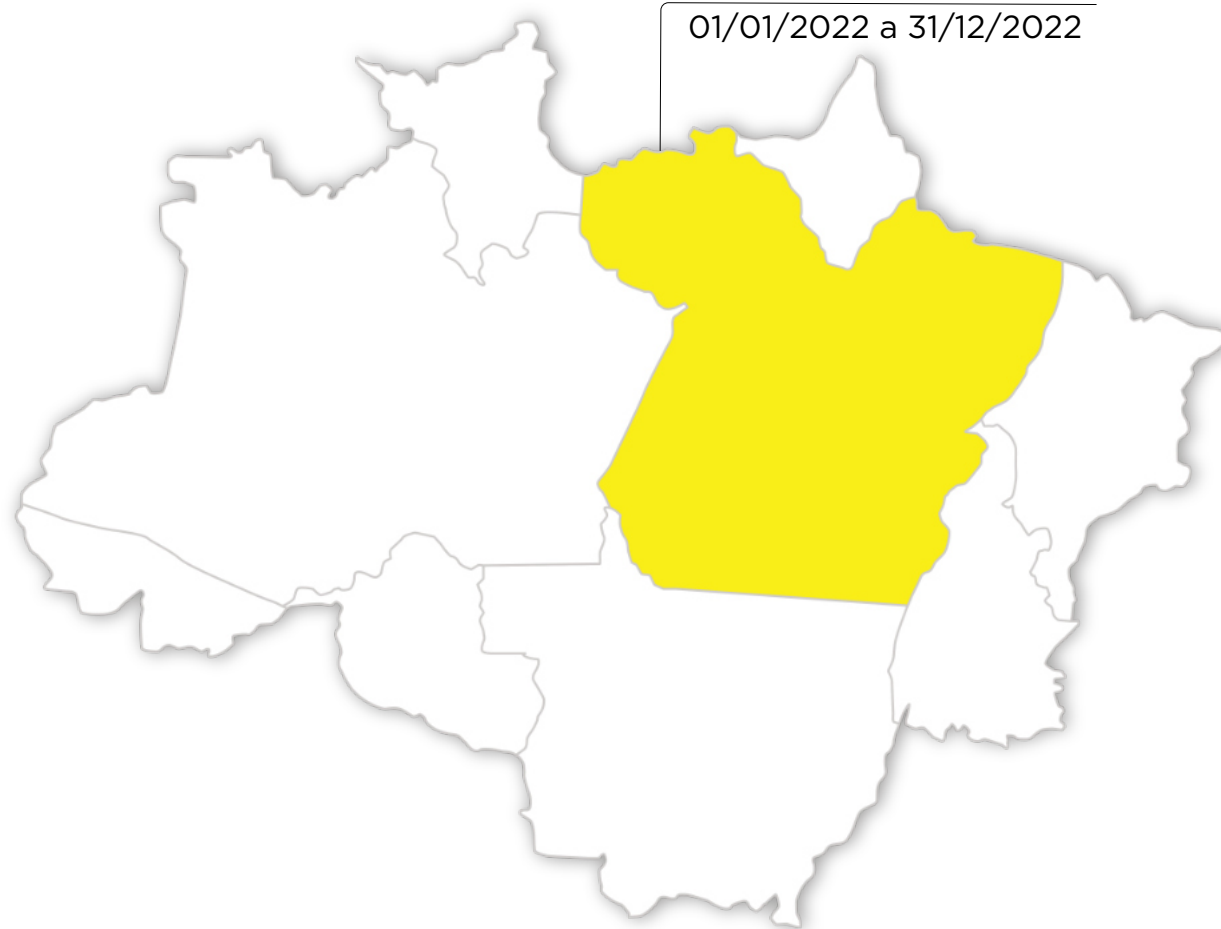
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA PARÁ



CÉLIA PINHEIRO ERA A
PRESIDENTA DO TJPA
DO BIÊNIO 2021-22

Período de Análise*

01/01/2022 a 31/12/2022



Clique para conhecer
análises dos anos
anteriores



*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas

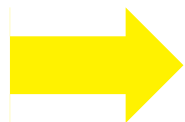




32

**PROCESSOS
RECEBIDOS VIA LAI**

Há processos com mais de uma decisão de suspensão de segurança, em decorrência do pedido de extensão de efeitos



13

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foram excluídos da base de dados:
12 processos que não tratam de suspensão de segurança
7 decisões sem resolução do mérito
4 decisões que não eram do período analisado

38%

dos processos enviados pelo TJPA não tratavam de suspensão de segurança



Consulte nossas *notas metodológicas* para conhecer nossa unidade de análise





13

Suspensões de segurança

69% decisões de primeira instância **suspensas**

31% decisões de primeira instância **mantidas**

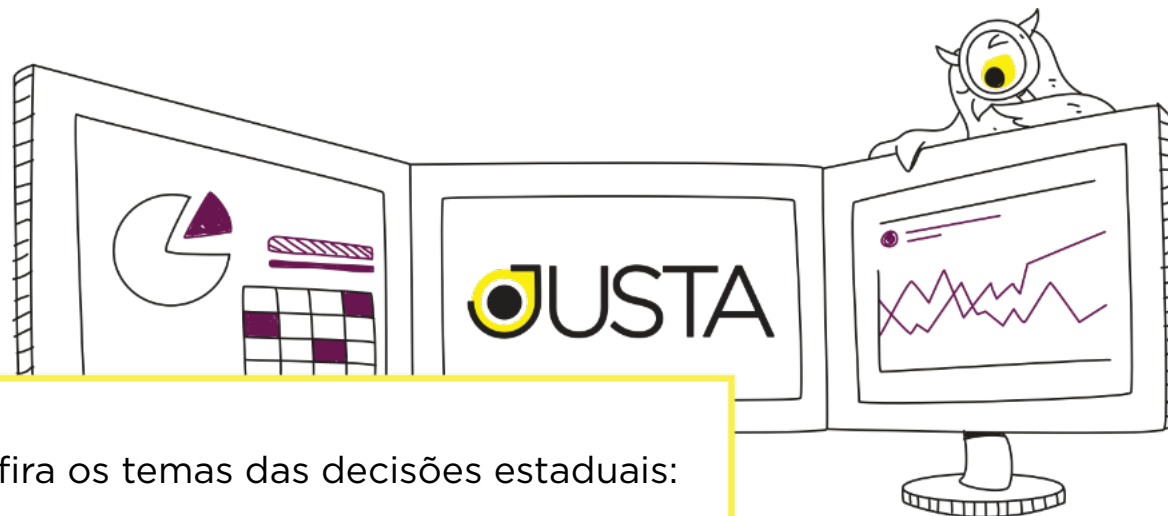


09

PEDIDOS **ESTADUAIS**

04

PEDIDOS **MUNICIPAIS**



Confira os temas das decisões estaduais:

06 decisões de suspensão de segurança foram sobre **incidência e cobrança de tributo**

02 decisões de suspensão de segurança foram sobre **interesse do funcionalismo público**

01 decisão de suspensão de segurança foi sobre **segurança e ordem pública**

Em 2022 não houve decisões sobre privação de liberdade, diferentemente das análises dos anos anteriores.

Saiba mais





OS **04**

PEDIDOS **MUNICIPAIS**
DE SUSPENSÃO DE
SEGURANÇA FORAM
NEGADOS



Confira os temas dos pedidos municipais:

- Bloqueio de verba pública
- Direito à saúde
- Incidência e cobrança de tributo
- Interesse do funcionalismo público



09

**DECISÕES DA
ESFERA ESTADUAL**

**O INTERESSE DO JUSTA ESTÁ NA
ESFERA ESTADUAL. TODOS OS
DADOS A SEGUIR REFEREM-SE,
PORTANTO, A ESSE RECORTE DA
BASE DE DADOS**

30/03/2022

A pedido do governo do estado do Pará, a presidenta do TJPA **suspendeu o efeito de 09 decisões**, que determinavam a promoção imediata de policiais militares e o pagamento da diferença de todas as remunerações anteriores até a data do reconhecimento da promoção.

Para a presidenta, as decisões suspensas geram risco à ordem, economia e segurança pública.

Ainda assim, o orçamento estadual da Polícia Militar foi de R\$ 1,8 bilhões e da Polícia Científica de R\$ 214 milhões em 2022.



Saiba mais



31/05/2022

A pedido do governo do Estado do Pará, foram **suspensas 117 decisões** que dispensavam a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) em 2022 para compras feitas por consumidores finais não registrados como contribuintes do ICMS.

Para a presidenta, as decisões geravam grave risco de lesão à economia pública.

Essa decisão teve os seus efeitos estendidos três vezes para alcançar outros **178 processos**.

Extensão de
efeitos 

89% dos pedidos da esfera estadual foram apresentados pelo Governo do estado do Pará

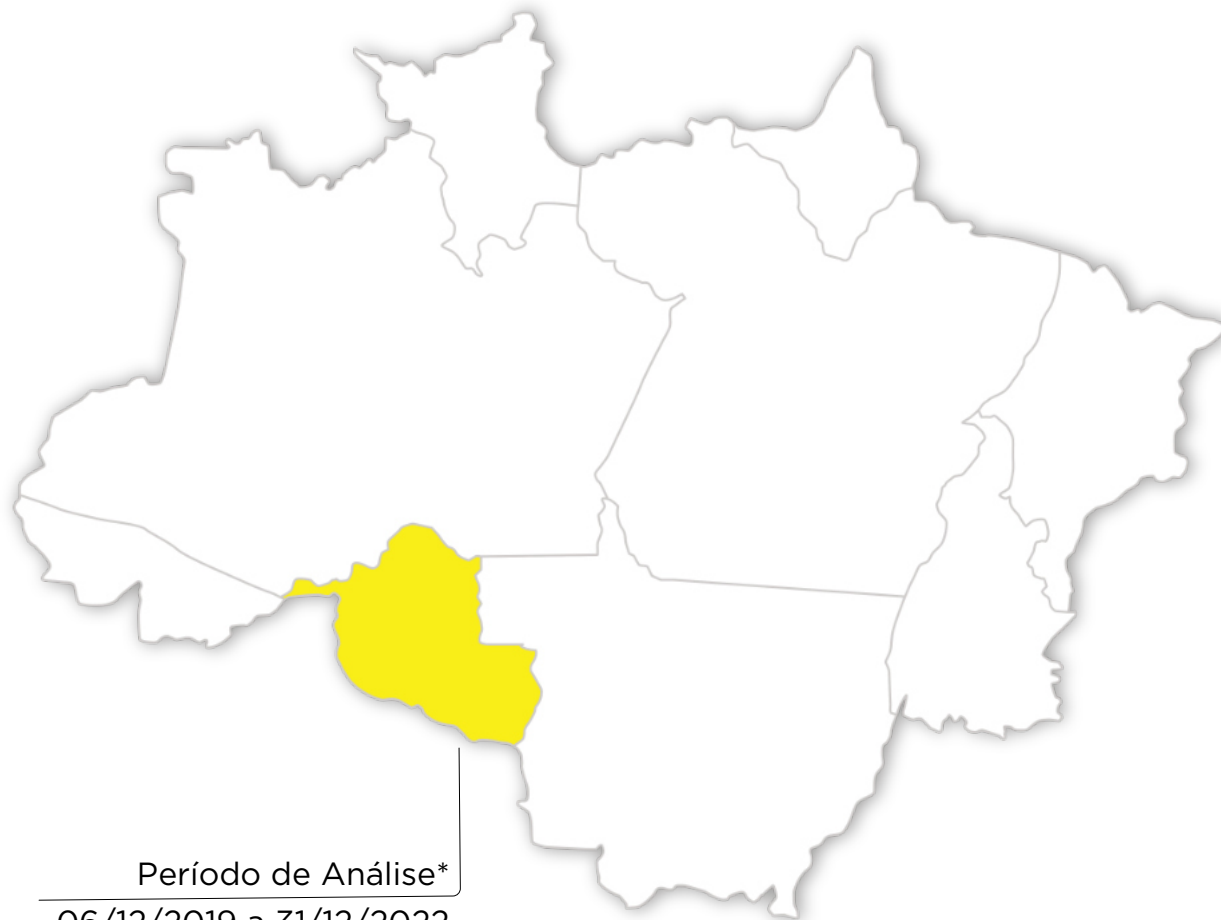
Todos os pedidos tratavam do pagamento da alíquota diferencial do ICMS.

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA RONDÔNIA



PAULO KIYOCHI MORI
ERA O PRESIDENTE DO
TJRO DO
BIÊNIO 2020-21

MARCOS GRANGEIA
ERA O PRESIDENTE DO
BIÊNIO 2022-23*



Período de Análise*
06/12/2019 a 31/12/2022

* Não houve decisões que compuseram a base de dados no ano de 2022

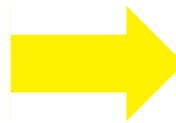
*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





11

**PROCESSOS RECEBIDOS
VIA LAI**



03

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foram excluídos da base de dados:
08 processos extintos sem resolução do
mérito



Consulte nossas *notas
metodológicas* para
conhecer nossa
unidade de análise





O Governo do estado de Rondônia foi o **único autor** de pedidos de suspensão de segurança.



Confira os temas das suspensões da esfera estadual de segurança por desfecho

- 01 decisão **suspensa** sobre condições de privação de liberdade
- 02 decisão **suspensa** sobre direito à saúde
- 01 decisão **mantida** sobre direito à saúde



15/10/2020

A pedido do governo do Estado de Rondônia, foi **suspensa** decisão que **retirava empresa de licitação para fornecimento de alimentos** ao sistema prisional de Porto Velho.

Com a suspensão, houve continuidade do contrato com a empresa, que estava sob investigação devido à qualidade dos alimentos fornecidos.



Os fundamentos utilizados para essa suspensão foram a ordem e a segurança, destacando os riscos de “rebeliões e motins”. Embora seja uma questão que envolve diretamente a saúde das pessoas privadas de liberdade, esse fundamento não foi apontado pelo presidente

A empresa CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME foi considerada inelegível para a licitação, e, um mês após a suspensão de segurança, foi iniciado um processo administrativo para investigar a possível violação das obrigações contratuais relacionadas à qualidade da alimentação por parte dessa empresa.



De acordo com a Secretaria de Políticas Penais, de julho a dezembro de 2020, **4.391 pessoas estavam privadas de liberdade** no estado de Rondônia.

80% das pessoas presas no estado de Rondônia são **pardas e pretas**.

9% das pessoas privadas de liberdade são **indígenas**.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), **62% da população residente no estado é parda e preta, enquanto 0,87% é indígena**.

“ **As obrigações contratuais discutidas no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade são as seguintes:**

1. Observância do Manual de Fornecimento de Alimentação da Secretaria de Estado de Justiça;
2. **A utilização de ingredientes alimentícios de qualidade para compor os cardápios, levando em consideração o registro no Ministério da Saúde e a validade dos produtos.** Também é proibida a utilização de produtos que apresentem alterações características, mesmo que dentro do prazo da validade.
3. A empresa é responsável pela qualidade da alimentação fornecida e **deve suspender o consumo caso haja suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos crus ou mal preparados.** Ela também deve realizar análises das amostras, arcando com as despesas relacionadas a essas análises.
4. A implementação de medidas de **prevenção e eliminação de insetos e roedores para o controle de pragas.** A aplicação de produtos químicos só deve ocorrer após a adoção de todas as medidas preventivas e apenas produtos com registro nos órgãos competentes e comprovada a qualidade devem ser utilizados. ”

03/02/2020

Foi **mantida** decisão que obrigava o governo de Rondônia a suprir a **falta de médicos em hospitais**, regularizar os atendimentos da urgência e emergência e transferir os pacientes sem atendimento para outras unidades.

A decisão suspendeu, no entanto, **ordem de encaminhamento de relatórios com dados de pacientes ao Ministério Público**.

O presidente entendeu que a medida violava o sigilo da relação médico-paciente.

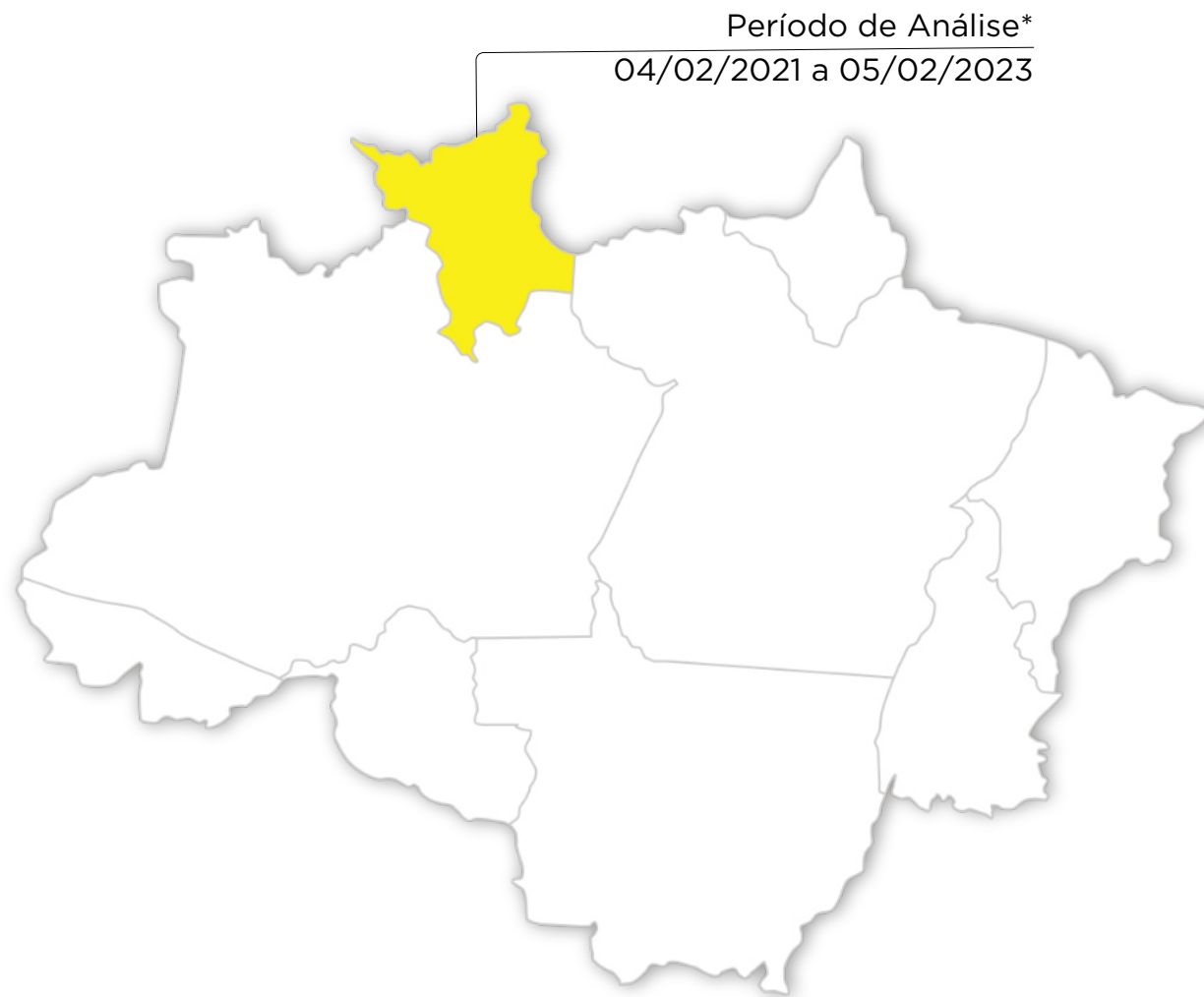
20/10/2021

O presidente do TJRO **manteve decisão** que obrigou o governo do estado de Rondônia a **repassar recursos** ao Município de Coacal, para contratação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes diagnosticados ou com suspeita de COVID-19.



SUSPENSÃO DE SEGURANÇA RORAIMA

CRISTÓVÃO SUTER
É O PRESIDENTE
DO TJRR DO BIÊNIO
2021-23



Período de Análise*
04/02/2021 a 05/02/2023

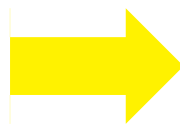
*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





08

**PROCESSOS RECEBIDOS
VIA LAI**



05

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foram excluídos da base de dados:
02 processos extintos sem resolução do mérito
01 processo em segredo de justiça



Consulte nossas *notas
metodológicas* para
conhecer nossa
unidade de análise





04

PEDIDOS **ESTADUAIS**

01

PEDIDO **MUNICIPAL**



Confira os temas das decisões de suspensões de segurança

- 01 decisão sobre bloqueio de verba pública
- 02 decisões sobre incidência e cobrança de tributo
- 01 decisão sobre interesse do funcionalismo público

Todos os pedidos foram apresentados pelo governo do Estado de Roraima

28/03/2022 e 05/02/2022

O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima **manteve decisão** que proibia o estado de exigir de empresa o Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) em operações realizadas no ano de 2022, quando o destinatário final era um consumidor não contribuinte de ICMS. O governo de Roraima foi quem fez o pedido para suspender essa exigência.

O pedido de suspensão foi feito pelo governo de Roraima.



Na região Norte, o presidente do TJRR foi único que não acolheu os pedidos de suspensão de segurança do governo sobre o tema.

10/05/2021

O presidente do TJRR manteve decisão que determinava o **bloqueio de R\$ 3.583.811,68 das contas do estado**.

Para ele, não foram demonstrados os requisitos autorizadores da suspensão de segurança.

26/04/2022

O presidente do TJRR manteve decisão que determinava a **remarcação de exame de aptidão física em concurso público**.

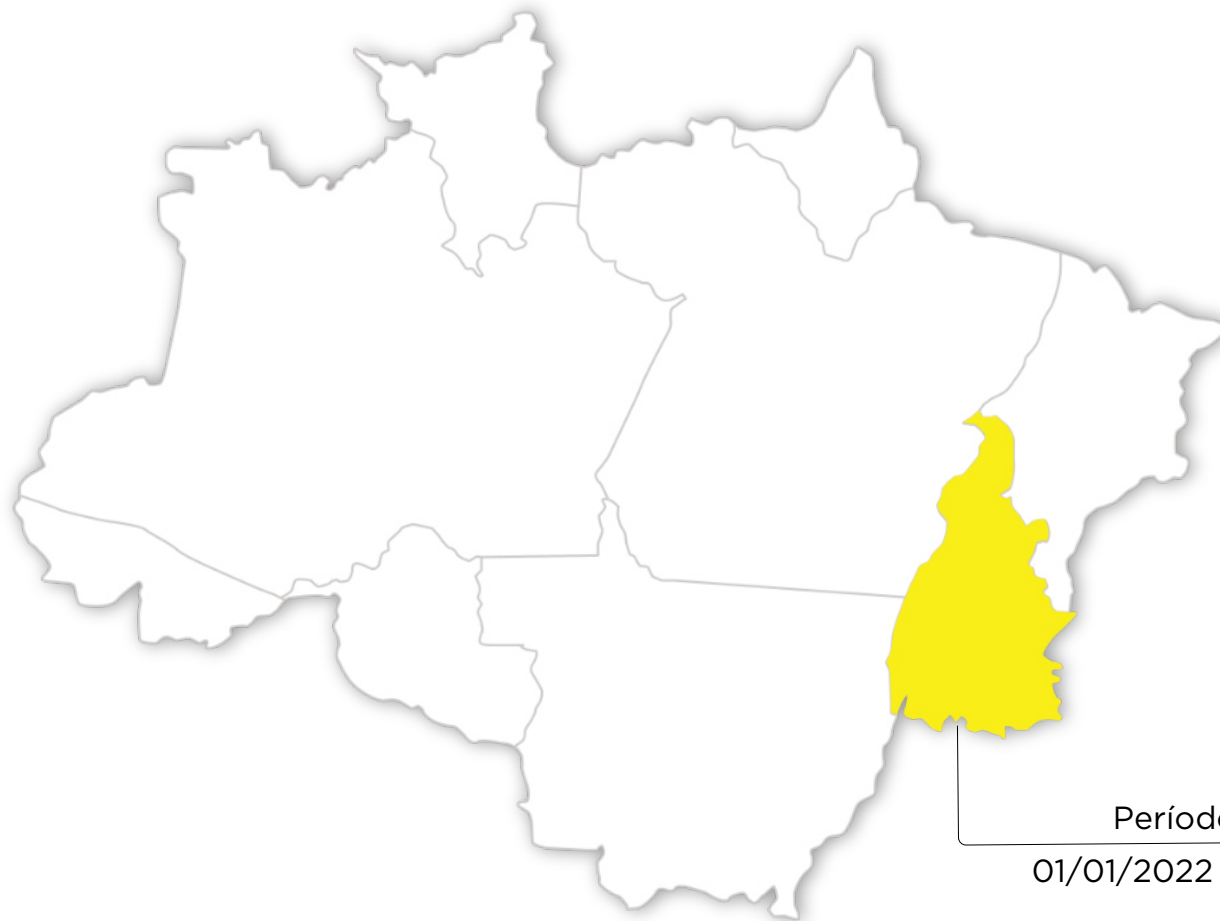
Para ele, não foram demonstrados os requisitos autorizadores da suspensão de segurança.





SUSPENSÃO DE SEGURANÇA TOCANTINS

**JOÃO RIGO
GUIMARÃES** É O
PRESIDENTE DO TJTO
DO BIÊNIO 2021-23



Período de Análise*
01/01/2022 a 31/12/2022

Clique para conhecer
análises dos anos
anteriores



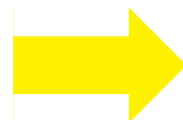
*Para entender os períodos
de análise, consulte nossas
Notas Metodológicas





04

**PROCESSOS RECEBIDOS
VIA LAI**



03

**TOTAL DE DECISÕES QUE
COMPUSERAM A BASE DE DADOS**

Foi excluído da base de dados:
01 processo extinto sem resolução do mérito



Consulte nossas *notas
metodológicas* para
conhecer nossa
unidade de análise



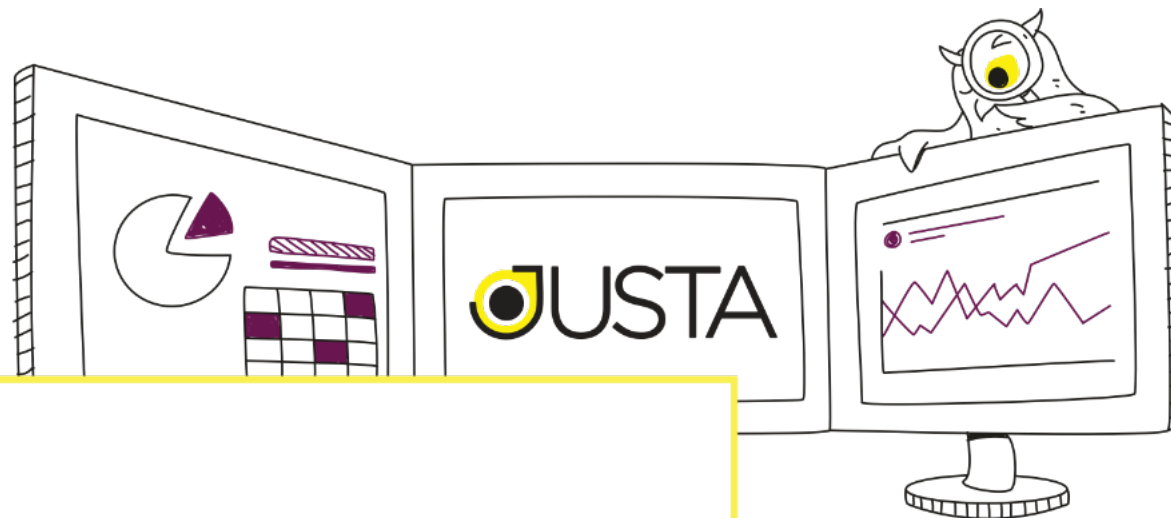


01

PEDIDO **ESTADUAL**

02

PEDIDOS **MUNICIPAIS**



No período analisado, a suspensão de segurança foi utilizada pela **esfera estadual** para tratar de **incidência e cobrança de tributo**

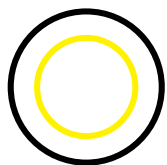
Apenas o pedido da esfera estadual foi suspenso

30/03/2022

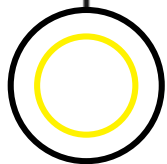
A pedido do governo de Tocantins, foram **suspensas mais de 50 decisões** que impediam que o estado exigisse, de diversas empresas, valores relacionados à diferença de alíquota do ICMS em operações que tivessem como destinatário consumidor final não contribuinte.

As decisões suspensas envolviam 13 grandes empresas e os valores implicados somam **R\$ 10.416.641,98 mensais**.

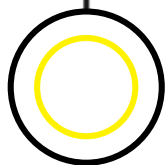




Os fundamentos que autorizam a suspensão de segurança são os de se evitar graves lesões à **ordem**, à **saúde**, à **segurança** e/ou à **economia pública**.

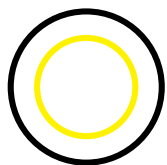


A suspensão de segurança surge no ordenamento jurídico brasileiro em 1936, para zelar pela ordem, saúde e segurança pública. **É em junho de 1964, menos de três meses após o golpe militar, que a economia pública passa a também integrar o rol de bens jurídicos protegidos pela suspensão de segurança.**

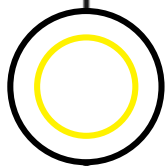


Nos interessa entender **como as suspensões de segurança foram manejadas**, sobretudo nos casos que tratam da garantia de direitos para a população.

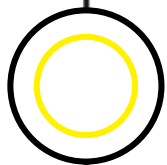




Como a suspensão de segurança tem sido utilizada no Brasil?



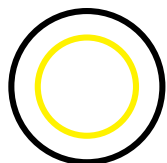
Como a aplicação da suspensão de segurança afeta direitos sociais e interesses coletivos e, em especial, as políticas de segurança pública e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade?



Como se comportam os presidentes dos Tribunais de Justiça de diferentes estados diante dos pedidos de suspensão de segurança?

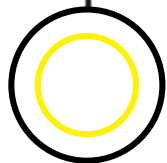
SÃO ESSAS AS QUESTÕES-CHAVES QUE ORIENTAM A PESQUISA



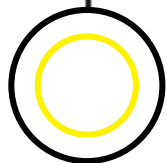


Neste estudo, apresentamos dados analisados sobre os **comportamentos dos presidentes dos Tribunais de Justiça dos estados da Amazônia Legal**.

Enviamos **pedidos de acesso à informação** aos TJs, solicitando **a listagem de todos os números dos processos de suspensão de segurança** julgados nos períodos de análises estipulados para cada estado.

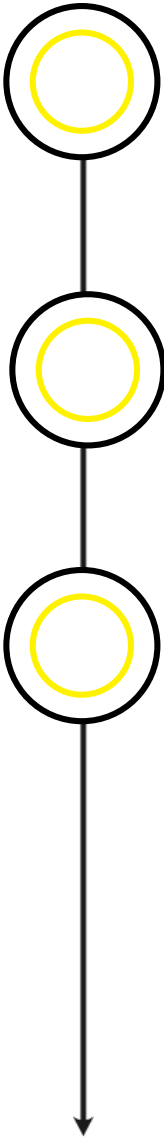


A partir da lista de processos recebida, **identificamos as seguintes informações em cada caso**: número do processo, data de julgamento, requerente, nome dos interessados, nome do julgador, assunto tratado, classe processual (suspensão de liminar ou de sentença), inteiro teor da decisão (inclusive seu desfecho e fundamentos), bem como se a decisão resulta de pedido original ou pedido de extensão de efeitos.



Em razão da inconsistências das classificações temáticas constantes no campo “assunto” dos sites dos tribunais (que não guardam relação com os temas observados nos textos das decisões), **optamos pela utilização de categorias próprias**.





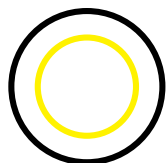
Também verificamos em quais processos houve pedidos de **extensão de efeitos**.

Em alguns TJs, as decisões de suspensão de segurança com extensão de efeitos são registradas sob o mesmo número de processo de suspensão de segurança

Assim, como há suspensão de segurança com mais de uma decisão, consideramos, como **unidade de análise, cada decisão da presidência, e não o processo**.

No que diz respeito aos fundamentos das decisões, avaliamos a presença de cada um deles para fins de análise. Mesmo quando esses fundamentos são empregados de forma combinada pelos presidentes, para fins de contagem, consideramos cada um individualmente.

O artigo 4º, §8º da Lei nº 8.437/92 possibilita que o efeito de uma suspensão de segurança seja estendido a outros processos de primeira instância, desde que tenham objetos idênticos



Em 2022, continuamos o monitoramento do comportamento da presidência dos TJPA e TJTO e a utilização de suspensão de segurança, também realizados em 2021.

Pela primeira vez analisamos os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. Optamos por analisar o período da gestão mais recente das presidências destes sete tribunais pesquisados, adicionando o ano de 2022 na íntegra.



Assim, nos TJAC, TJAP e TJRR cujos biênios de gestão são coincidentes, foi analisado o período de 2021/2023*, abarcando uma gestão completa.

No TJAM**, analisamos o período de 2020/2022, abarcando uma gestão completa.

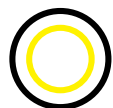
No TJMA e no TJMT***, analisamos o período de 2020/2022, abarcando uma gestão completa e também a parte da gestão mais recente que engloba o ano de 2022.

No TJRO***, analisamos o período de 2019/2022, abarcando uma gestão completa e também a parte da gestão mais recente que engloba o ano de 2022.

*As gestões dos referidos Tribunais de Justiça finalizaram nos primeiros meses de 2023, conforme indicado nas capas da análise de cada estado.

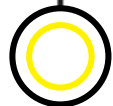
**No TJAM, a gestão finaliza em 01/01/2023.

***No TJMT e no TJRO, as gestões se iniciam no mês de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.



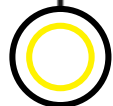
EXTENSÃO DE EFEITOS

Quando não são preenchidos alguns requisitos formais, o processo pode ser encerrado sem que os pedidos sejam analisados pelo juiz ou juíza.



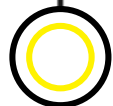
SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Quando não são preenchidos alguns requisitos formais, o processo pode ser encerrado sem que os pedidos sejam analisados pelo juiz ou juíza.



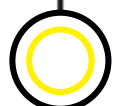
SEGredo DE JUSTIÇA

Alguns processos não são disponibilizados através da consulta pública por haver risco de expor informações privadas das pessoas envolvidas nos mesmos.



LICITAÇÃO

Procedimento realizado para a contratação de serviços ou aquisição de produtos pela Administração Pública.



SUBSÍDIO

É a forma pela qual ocorre a remuneração de algumas carreiras, através de uma parcela única.





- **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** | [link](#)
- **Censo Demográfico IBGE** | [link](#)
- **COMSEFAZ** | [link](#)
- **Conselho Nacional de Justiça. Relatório de Inspeções Estabelecimentos Prisionais do Estado do Amazonas. 2022** | [link](#)
- **Painel COVID-19 no Brasil** | [link](#)
- **Programa de Governo Amazonas** | [link](#)
- **Secretaria Nacional de Políticas Penais** | [link](#)
- **Revista Piauí. Atrás das grades, um Brasil jovem e negro. 2023** | [link](#)
- **Supremo Tribunal Federal. Notícias. 2023** | [link](#)



DIRETORIA

Cristiano Avila Maronna

Luciana Zaffalon

Poliana Ferreira

Riccardo Cappi

DIRETORIA EXECUTIVA

Luciana Zaffalon

COORDENAÇÃO GERAL

Vanessa de Jesus

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Érika Lula de Medeiros

ADVOCACY

Felippe Angeli

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Paula Ballesteros

COMUNICAÇÃO

Sofia Fromer

Maria Eduarda Souza

EQUIPE

PESQUISA EM ORÇAMENTO

Jean Peres

Ana Paula Pegoraro

Daniel Cardoso

PESQUISA EM JUSTIÇA E DESIGUALDADES

Érika Lula de Medeiros

Anne Brito

Ingrid Martins

Natália dos Santos

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Oliveira

JUSTA